



**Instituto Superior de Ciências da Educação
=ISCED de Luanda =
MESTRADO EM ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

SOLECISMOS DE PORTUGUÊS EM CONTEXTOS MULTILINGUES

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ensino da Língua Portuguesa

AUTOR: JERÓNIMO JOÃO MIGUEL, LIC.

LUANDA, 2022



Instituto Superior de
Ciências da Educação
= ISCED de Luanda =
MESTRADO EM ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

SOLECISMOS DE PORTUGUÊS EM CONTEXTOS MULTILINGUES

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ensino da Língua Portuguesa

Autor: Jerónimo João Miguel, Lic.

Dissertação realizada sob orientação do Prof. **Doutor Paulo** Victorino dos Reis Afonso, Ph.D.

LUANDA, 2022

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
0.1. Justificativa	5
0.2. Definição do Problema.....	5
0.3. Hipótese	5
0.4. Referência Geral aos Objectivos do Trabalho	6
0.4.1. Objectivo Geral.....	6
0.4.2. Objectivos Específicos.....	6
0.5. Metodologia	6
0.6. Estrutura Formal do Trabalho.....	7
CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
1.1. Definição de Termos e Conceitos.....	9
1.2. Norma e Variação.....	10
1.2.1. Norma	12
1.2.2. Variação	13
1.3. Variação Sociolinguística Vs Variação Geográfica.....	13
1.4. O Contexto Sociolinguístico de Angola	17
1.4.1. O ensino Intercultural em Angola	21
1.4.2. O Multilinguismo na Educação e na Sociedade	23
CAPÍTULO II – SOLECISMOS NO PORTUGUÊS	27
2.1. Solecismos de Concordância: Nominal e Verbal.....	27
2.2. Solecismos de Colocação Pronominal	40
2.3. Solecismos de Regência: Nominal e Verbal.....	45
CAPÍTULO III – MÉTODOS E MATERIAIS	50
3.1. Descrição da População-Alvo	50
3.2. Contextualização do ISPAJ.....	52
3.3. Justificação dos Instrumentos Usados.....	52
3.4. Sondagem sobre o Ensino da LP em Angola.....	53
3.5. Apresentação dos Resultados.....	56
CAPÍTULO IV – PROPOSTA METODOLÓGICA	70
4.1. Estratégia para o Ensino da Concordância	70
4.3. Estratégia para o Ensino da Regência.....	77
5. Conclusão.....	83
6. Bibliografia	85

INTRODUÇÃO

Todo o ser humano está dotado da capacidade de aprender qualquer língua, isto é, da linguagem, sendo a língua um sistema de sinais utilizados pelos membros de uma mesma comunidade humana para comunicarem entre si, permitindo-lhes a utilização da palavra oral e/ou escrita. A língua é uma realidade dinâmica, pois varia quando muda de lugar, de povo ou de pessoa para pessoa, adapta-se às novas realidades sociais e o português em Angola não é excepção o que tem provocado desvios à norma-padrão.

Ao longo do nosso trabalho como professor de Língua Portuguesa nos I e II ciclos e no ensino Superior temos verificado que a norma ensinada na escola não é familiar aos nossos estudantes (e a muitos falantes da comunidade em geral), embora tenham o português como língua materna, e que muitos falantes, que pensam ter o português como língua materna, produzem um discurso híbrido, influenciado pelas línguas locais.

Essas variações linguísticas realizadas no meio em que o aluno/falante adquire/aprende esta língua e onde se desenvolvem as suas competências comunicativa e linguística têm origem socioculturais, cujas consequências são visíveis quando os mesmos são submetidos à avaliação de português, e/ou quando são chamados a fazer uma realização oral.

Por este facto, muitos autores (Marques (1985), Neto, (2012), Undolo (2014)) defendem que urge a necessidade, em Angola, de se aplicar metodologias integradas de língua segunda, segundo cada contexto de actuação verificado pelo professor, pois, desde 1975, momento da implementação do português como língua oficial, em Angola, a norma europeia, adoptada e ensinada nas escolas continua a ser alheia para os falantes angolanos que constantemente se afastam dela. Esta dissertação pretende, por isso, compreender como se deve ensinar a norma da LP a falantes de português língua materna.

Irene Marques (1979), *apud* Neto (2012, 43), afirma que seria melhor a LP ser ensinada com metodologias de uma língua não materna de forma a contribuir para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem, as condições socioculturais, a má formação dos professores e o contacto linguístico têm como consequência a utilização de uma língua portuguesa híbrida.

Esta dissertação, cujo tema é “*Solecismos do Português em Contextos Multilingue*”, visa identificar metodologias integradas de uma língua segunda (português) e identificar

caracterizar os solecismos (concordância, selecção e colocação dos clíticos e regência). Achamos pertinente fazer essa abordagem, pois não se consegue entender como é que falantes de língua materna desconhecem e produzem constantemente frases que atropelam a norma da sua língua materna, se têm noção do correcto e do incorrecto e aprendem a norma padrão na escola.

0.1. Justificativa

Atendendo os desvios à norma dados pelos alunos do curso de Fisioterapia do ISPAJ e já identificados os mais frequentes (concordâncias, uso dos clíticos e regência), achamos pertinente desenvolver esta temática em virtude do questionamento levantado por Ribeiro (2011) *Que língua Portuguesa se ensina hoje em Angola* e que estratégias utilizar ao deparar-se com esses desvios em sala de aula, de forma a resolvê-los?

0.2. Definição do Problema

Ao longo do nosso trabalho como professor de Língua Portuguesa nos I e II ciclos e no ensino Superior, temos verificado que as estratégias utilizadas para o ensino da LP, língua materna em Angola, assente em gramáticas portuguesas, torna a norma não familiar para os nossos estudantes (e a muitos falantes da comunidade em geral), embora tenham o português como língua materna.

- Que língua Portuguesa se ensina hoje em Angola e que estratégias utilizar no ensino dessa LP de forma a resolver os Solecismos com os quais os professores se deparam em sala de aula, de forma a resolvê-los?

0.3. Hipótese

Nesta dissertação levanta-se as seguintes hipóteses:

H1: O ensino da Língua Portuguesa, em Angola, pressupõe princípios metodológicos de uma Língua Segunda, centrados no aprendente e não na matéria para facilitar o desenvolvimento das competências comunicativas e linguística dos alunos.

O funcionamento de uma língua deve acompanhar e favorecer o desenvolvimento das competências comunicativa e linguística dos alunos nos domínios da oralidade, leitura e escrita e dar-se primazia à diversidade de práticas pedagógicas integradas, que cada professor deve ter ao seu dispor no acto de decidir o percurso de ensino-aprendizagem de determinados conteúdos.

0.4. Referência Geral aos Objectivos do Trabalho

Como já deixámos entender, esta dissertação serve para analisar e descrever os “Solecismos do Português em contexto multilingue e a sala de aula” a fim de ajudar os professores da disciplina de Língua Portuguesa a construir estratégias para a sua resolução, ou seja, metodologias com as quais trabalhar, durante as suas experiências pedagógicas, de forma a ajudarem os seus alunos a ter consciência dos desvios cometidos. Em concordância com os princípios suportados. Este trabalho procurará alcançar os seguintes objectivos:

0.4.1. Objectivo Geral

- Estudar metodologias a serem desenvolvidas pelos professores em sala de aula para a resolução dos solecismos.

0.4.2. Objectivos Específicos

- Identificar os Solecismos nas produções orais e escritas nos estudantes do Instituto Superior Alvorecer da Juventude.
- Descrever os desvios mais frequentes que ocorrem no dia-a-dia desses estudantes;
- Caracterizar as irregularidades (vícios de linguagem) encontradas nessas produções;
- Propor aos professores guiões metodológicos para o ensino da LP em contextos multilingue.

0.5. Metodologia

Para a comprovação da hipótese levantada nesta dissertação, como metodologia, fizemos a revisão da literatura de forma verificar que autores já abordaram a temática do ensino da LP, em Angola, e a que conclusões se chegaram. Para a fundamentação teórica da nossa dissertação, fizemos recolhas bibliográficas sobre a didáctica de ensino da LP e os Solecismos no Português, apoiando-nos em autores como Lapa (1984), Neto (2013) e Irene Marques.

Atendendo o contexto de sala de aula presente na nossa dissertação, que pressupõe uma acção planificada e a interacção entre o professor e o aluno e a situação investigada, servimo-nos do método de pesquisa-acção, que consiste em descrever situações concretas e

orientar a resolução de problemas detectados em colectividade com base empíricas para descrever um fenómeno detectado em sala de aula, isto é, os Solecismo de Concordância Colocação do Clíticos e de Regência, e saber que metodologias usar para ensinar LP em Angola. Por isso, depois da sondagem feita e do questionário de perguntas abertas e fechadas feita aos alunos para recolhermos informações sobre a identificação e mobilidade dos informantes, aplicamos um inquérito aos professores de Língua Portuguesa de forma a sabermos que metodologias usam para o ensino da disciplina de Língua Portuguesa.

0.6. Estrutura Formal do Trabalho

Capítulo I, fazemos o enquadramento teórico e apresentamos as definições de termos e conceitos usados nesta dissertação. Temáticas sobre a norma e variação, concretamente a Variação Sociolinguística Vs Variação Geográfica; o Contexto sociolinguístico de Angola, a escola e a interculturalidade em Angola e o multilinguismo na educação e na sociedade, também fazem parte.

O capítulo II, apresenta uma exposição concernente aos Solecismos no português, nomeadamente os de Concordância, Colocação Pronominal e de Regência nominal e verbal.

No capítulo III, métodos e materiais, descrevemos a população-alvo, justificamos os instrumentos usados e fazemos a descrição da metodologia seguida na análise do objecto de estudo, apresentamos os resultados.

Por fim, no capítulo IV, apresentamos guiões como proposta metodológica para o ensino do português em contextos multilingue.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho irá fundamentar-se na teoria variacionista de Labov², segundo a qual condições sociais e culturais (classe, idade, sexo e maior ou menor formalismo em contextos conversacionais) são factores importantes para que haja variações na língua de um indivíduo, apesar de, segundo Camelo¹, a questão do que é considerado erro na linguística ainda ser muito polémico, entre os autores como Lapa (1984) e Cunha (198), determinar o que é o erro é ignorar a realidade dinâmica da língua.

Para Labov esta forma linguística, que para os gramáticos puristas é considerada como erro, resulta de várias componentes, entre as quais a componente sociocultural, factor para os desvios crescentes constatados na fala dos usuários do português usado em Angola. Para o mesmo autor, a variação nunca é a mesma num dado lugar e grupo social, ou seja, a língua varia segundo o lugar em que o indivíduo está inserido e também segundo cada indivíduo. De facto, sabe-se que usamos a mesma língua, a portuguesa, todavia falamos de maneira diferente. Sendo assim, devemos adequar a nossa linguagem segundo os nossos interlocutores e o espaço em que nos encontramos, ou seja, é necessário que saibamos usar os diferentes níveis de língua, e tenhamos noção de situações formais e informais.

Nesta senda, Monteiro Lobato² diz que “uma língua varia muito depressa quando muda de lugar, porque as experiências são outras.” Segundo esta teoria, o desenvolvimento da competência linguística e comunicativa de um indivíduo dependerá, por isso, da sua integração e interacção com o seu meio físico e sociocultural, pois, é a partir dos três anos de vida que se inicia o processo de aquisição da linguagem, a partir de produções básicas da linguagem e, depois, por meio de estruturas mais complexas, solidificando-se na fase da adolescência. Contudo, os desvios à norma portuguesa, que notamos na variante angolana usada pelos nossos alunos e por alguns falantes de Luanda, podemos dizer que, por um lado, são frutos do fenómeno de contacto de línguas, fenómeno que se explica também de acordo com a Teoria Variacionista de Labov³.

No caso de Angola, para o problema das variações, que se pode explicar segundo a Linguística Contrastiva⁴ de forma a dar maior suporte à Teoria Variacionista de Labov, recorremos a Teoria Sociointeracionista/Sociocultural de Vygotsky (1984), para a aquisição

¹ *Apud* Erbolato (1993:35)

² Bagno (1999: 32)

³ Vide Mingas no Capítulo III – Norma e Variação.

⁴ Corrente que objectiva o ensino das línguas modernas como L2.

de uma língua segunda os factores sociais e de exposição à língua e a interacção são determinantes, pois para Vygotsky (1984), as crianças aprendem a desenvolver-se num contexto social e se transformam por meio da interacção, isto é, o ser humano desenvolve-se modificando activamente o ambiente que o rodeia. Este psicólogo dá prioridade à aprendizagem em vez de ao desenvolvimento e defende o ensino dentro da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), o que, no nosso caso, justificaria o *princípio da autonomia* tal como tem sido usado.

O professor deve promover situações que possibilitem ao aluno transformar os conhecimentos de que se apropriou através de interacções com o meio sociocultural e histórico, tendo a aprendizagem uma construção organizada culturalmente e facilitada pelo professor, ou melhor, a Linguística Contrastiva permite ao professor fazer um estudo contrastivo entre a LP e as línguas nacionais de forma a possibilitar a escolha da melhor estratégia do L2 tendo em conta o sujeito multilingue com que nos deparamos em sala de aula.

Nesta teoria, as actividades didácticas devem partir do conhecimento prévio dos alunos para que o professor possa avançar, ampliar e reestruturar esse conhecimento, promovendo situações que incentivam a curiosidade e a troca de informações e que permitam acesso ao desenvolvimento das proficiências linguísticas exigidas para um falante nativo.

Em sala de aula, deve haver um clima interactivo onde o professor deve mediar o aluno e o conhecimento a transmitir e, por meio da observação, avaliar como é que os alunos se relacionam com os diversos objectos de conhecimentos, suas descobertas, dúvidas e dificuldades, a fim de ver se o aluno já interiorizou e transformou os conhecimentos adquiridos. (Ferreira, s.d, 243)

1.1. Definição de Termos e Conceitos

Segundo o *Dicionário de Metalinguagem da Didáctica* da Porto Editora (2000), desvio é o afastamento de um fenómeno linguístico e literário do respectivo fenómeno considerado como padrão, modelo ou norma. Contudo, a linguística actual coloca obstruções à noção de desvios, porque é problemático marcar fronteiras entre norma e desvio.

Relativamente ao conceito de língua, ela tem como função primordial permitir a comunicação entre os seres humanos e é por meio deste vínculo linguístico que são estabelecidas as relações sociais; de modo prático, a língua dá origem e sustentabilidade a

uma sociedade. Portanto, é aqui importante compreendermos os conceitos de plurilinguismo e de sujeito plurilingue, Língua Segunda, Língua Não Materna, segundo o QECRL (Quadro Europeu Comum de Referência sobre Línguas).

Entende-se o plurilinguismo como a capacidade de um indivíduo para utilizar as línguas para comunicar na interação cultural, na qual o indivíduo, na sua qualidade de actor social, possui proficiência em várias línguas, no nosso caso das línguas locais e do português, em diferentes níveis, bem como experiência de várias culturas. (Joana *at al*, 2001)

Segundo Galisson e Coste (1983), citados por Neto (2012: 72), a Língua Materna é aquela aprendida como o primeiro instrumento de comunicação, desde a mais tenra idade e é utilizada no país de origem do sujeito falante. Em síntese, a língua materna é a língua de socialização com a qual o falante entra em contacto com o mundo na infância, aprendida espontaneamente e em ambiente natural.

Entendemos como Língua Segunda aquela que é adquirida após a língua materna, sobretudo por razões de imigração ou de contexto multilingue, que é aprendida por falantes a um nível secundário em relação à sua língua materna. (Neto, 2012:77)

O conceito de Língua Segunda será por nós adoptada porque, tal como Costa (1997), citado por Neto (2012:79), o ensino da língua portuguesa em Angola necessita da aplicação de uma pedagogia preventiva e eficaz da LP como língua segunda, não se centrar unicamente na noção de língua como sistema formal, pois a sociedade angolana é marcada fundamentalmente pelo multilinguismo e por falantes plurilingues, sendo, por isso, difícil demarcar-se fronteiras entre LM, LNM.

A concordância nominal consiste na harmonia do adjectivo com o substantivo a que se refere, em género e em número; já a verbal consiste em fazer concordar o verbo com o sujeito, em número e pessoa.

1.2. Norma e Variação

Como já referimos no subtema anterior, os falantes têm noção das construções correctas e incorrectas das suas línguas maternas; contudo, inconscientemente, eles desviam-se do uso do correcto, principalmente na oralidade, o que se traduz em solecismos. Por isso, vamos, neste subtítulo, explicar melhor estas noções.

Segundo Cunha (2011:3), as gramáticas devem clarificar bem os conceitos de norma e de correcção para cimentar a assimilação de uma língua culta, isto é, do modelo supradialectal.

Noreem, citado por Cunha e Cintra (1998: 5), aponta três critérios de correcção:

1. Histórico-natural – Baseia-se na doutrina de que a linguagem é um organismo vivo que se desenvolve muito melhor em estado de completa liberdade;
2. Racional – Não pode haver nada de correcto ou incorrecto na língua;
3. Histórico-literário – a correcção cinge-se em conformar-se principalmente com o uso encontrado nos escritos de uma época passada escolhida arbitrariamente. É o critério tradicional da correcção fundado nos exemplos clássicos.

Este autor considera que “o melhor é o que pode ser apreendido mais exacta e rapidamente pela audiência presente e pode ser produzido mais facilmente por aquele que fala.” Isto leva-nos a afirmar que, para que se resolvam os desvios verificados nos alunos, eles devem usar o que aprendem na escola. Todavia, Jespersen, citado por Cunha e Cintra (1998: 5), enumera sete critérios – da autoridade, o geográfico, o literário, o aristocrático, o democrático, o lógico e o estético, para justificar os desvios à norma, mas seleccionámos apenas quatro deles, para sustentar as nossas abordagens.

- a. Critério da autoridade – Neste critério, Jespersen explica que o modelo linguístico provém de uma autoridade, que pode ser o Ministério da Educação, uma universidade, as gramáticas ou os dicionários ou ainda os clássicos literários;
- b. Critério geográfico – Neste critério, o correcto e o incorrecto são decididos segundo a fala de uma região ou cidade, o que nos leva a considerar a hipótese de um padrão supradialectal, que serve de modelo para uma região ou comunidade linguística, pelo qual todos se devem orientar;
- c. Critério literário – Neste critério, para se falar correctamente, deve-se imitar os clássicos de forma a modular a língua;
- d. Critério aristocrático – Para este critério, há uma linguagem para as classes superiores em detrimento da classe inferior. Quer dizer que existe uma estratificação linguística baseada na linguagem das sociedades superiores.

Para este autor a norma, como elemento correctivo de uma língua, existe para facilitar a compreensão e justificar a correcção na fala e no que se ouve. Portanto, há muita divergência entre os autores sobre os conceitos de erro e desvio, pese embora para Bechara (2002), considera-se como erro qualquer desvio à norma esperada para determinado evento de emprego da língua, e o desvio à norma quando ele se dá por desconhecimento do falante

da norma-padrão, ou melhor, de acordo com Cunha e Cintra (1985) o afastamento da norma padrão.

Tendo tudo isso em conta, corroborando com Chicumule (2000: p.6), considerando que, actualmente, o que é considerado erro, num futuro próximo, poderá ser entendido como um desvio à norma, Por isso, nesta dissertação, opcionalmente, também usaremos o termo desvio e não erro.

1.2.1. Norma

Quando entramos na escola, já falamos português e nela aprendemos a escrevê-lo segundo o que a comunidade em que estamos inseridos considera correcto, porque cada comunidade tem os seus traços linguísticos característicos como o léxico, construções frásicas e pronúncias que diferem entre si (Mira Mateus, 2007: 27). Assim, os falantes de uma língua estão conscientes das variações linguísticas que não fazem parte do bom uso linguístico, reconhecendo, assim, a existência de uma norma padrão transmitida pela escola.

Norma é um modelo de comunicação escolhido por uma sociedade, sendo, por isso, um modelo supradialectal que se concretiza nas vertentes orais e escritas. A sua existência serve para estabelecer limites entre o certo e errado, face às mudanças constantes que se verificam nas línguas, como a renovação lexical, os arcaísmos e as alterações frásicas. Por isso, todo o distanciamento deste dialecto é considerado como desvio à norma padrão.

O modelo supradialectal realiza-se pelas perspectivas orais e escrita. Mas, como afirma Mira Mateus (2007:4), existe uma enorme diferença entre o código oral e o código escrito, mesmo quando existe familiaridade entre os interlocutores porque o código escrito nos obriga a utilizarmos estratégias que podem ser substituídas por expressões faciais ou por gestos na linguagem oral: “A língua escrita é mais permeável às convenções da norma, visto que impõe restrições à espontaneidade e permite uma reflexão na escolha do vocábulo, das construções sintácticas e, até, das formas de tratamento.”

A mesma autora considera a linguagem oral como efémera, impossibilitando a escolha adequada de palavras e construções sintácticas, apresentando, normalmente, hesitações e frases inacabadas mas adaptadas ao contexto de enunciação. A afirmação feita por esta autora vem explicar os desvios orais que, muitas vezes, encontramos nas provas de nossos alunos e ouvimos no pátio da escola, na rua e nos táxis por onde andamos, casos que têm despertado a nossa atenção.

Podemos dizer que, quando a norma da oralidade é transportada para a escrita, é traduzida em desvios às convenções de escrita, i.e., à norma.

1.2.2. Variação

Tais desvios às convenções da escrita podem ser determinados por variedades linguísticas de âmbito sociolinguístico, sociocultural e geográfico. A língua, de acordo com Mira Mateus (2007: 20), é um fenómeno social, ou melhor, um comportamento natural, que se adapta às necessidades dos falantes, pois ela varia de acordo com a idade, a região, o grupo social e profissional dos falantes e conforme as pessoas a quem nos dirigimos.

Labov⁵ considera a variação como um fenómeno pelo qual uma determinada língua nunca é a mesma numa época, num outro lugar e num outro grupo social. Para este autor as variações linguísticas não ocorrem por acaso, resultam do contexto, do nível estilístico, da identidade sociocultural de cada falante em presença e da relação estabelecida entre eles.

Estas variações diastráticas diferenciam-se na pronúncia, na morfologia e na sintaxe (Mateus e Cardeira, 2007: 69). Por isso, urge a necessidade de a escola insistir em incutir, de forma coerciva, a norma, que é, portanto, a variedade que devemos dominar, porque permite a unificação e facilita a comunicação entre os falantes de uma mesma comunidade linguística. Todavia, a língua tem variações geográficas, situacionais e sociolinguísticas que provocam alterações lexicais e sintáticas à norma portuguesa. Estas transformações têm causas internas e externas, fruto do contacto de línguas e culturas diferentes.

1.3. Variação Sociolinguística Vs Variação Geográfica

Conforme referimos acima, a língua é um comportamento natural que se adapta às necessidades dos falantes, variando, por isso, de acordo com a idade, a região, o grupo social e profissional do falante e conforme as pessoas a quem nos dirigimos. Mais abaixo, vamos fazer uma análise sobre as variações Sociolinguística e Geográfica.

➤ Variação Sociolinguística

Estas variações resultam sempre de uma identidade sociocultural, do nível estilístico, do contexto e da relação entre os falantes. William Labov referiu que, para se falar de

⁵ *Apud* Erbolato (1993:35)

variação sociolinguística, deve-se primeiro analisar a vida social do grupo em que se dá esta mudança.

Em semelhança a Mingas (2000: 43), usaremos esta afirmação para fazermos uma abordagem sociolinguística sobre as interferências provenientes do contacto entre duas sociedades cujas línguas apresentam diferenças importantes que, segundo a autora, estão na base das alterações morfossintáticas e morfofonológicas que caracterizam o português de Angola comparativamente ao de Portugal.

A língua portuguesa é uma língua que foi adquirida de forma coerciva e, durante a sua aquisição, houve interferências, a nível da morfologia e da sintaxe, com as línguas locais de Angola.

Segundo Mingas (2000:44), no período colonial, a sociedade colonial angolana dividia-se em dois grupos: portugueses e angolanos e, quanto aos angolanos, subdividiam-se entre *assimilados* e *indígenas*. Uma parte dos colonos misturou-se com os autóctones, provocando não só o contacto linguístico mas também fecundando.

Isto provocou a superação numérica dos portugueses nascidos em Portugal, o que fez com que os colonialistas, para os distinguir, os denominaram como portugueses *de segunda*, os nascidos em Angola, e *portugueses ou brancos de primeira* os nascidos em Portugal.

Entretanto, os filhos dos assimilados tinham o direito de frequentar a escola em conjunto com os filhos dos portugueses, o que fazia deles assimilados passivos, sendo, por isso, alienados à cultura portuguesa. Em contrapartida, os assimilados passivos apropriaram-se de tudo quanto podiam, usando-o mais tarde para denunciar o colonialismo português, tendo como principal arma a língua do colonizador.

Como sabemos, a forma colonizadora adoptada por Portugal consistia em aculturar na totalidade a sociedade angolana. Portanto, de acordo com Mingas¹⁰ *na escola, houve uma imposição da língua portuguesa em detrimento das línguas locais, com excepção das escolas missionárias nas quais, para facilitar o ensino, se podia usar a língua local, sendo a língua portuguesa ensinada durante cinco anos e, depois, no liceu, aprendiam-se línguas estrangeiras, como francês e inglês.*

A realização das línguas, em Angola, dá-se numa situação de plurilinguismo por força do percurso histórico da sua formação como nação, havendo, desta forma, várias línguas – as de origem africana, subdivididas em *bantu* e não *bantu*, e a de origem europeia, a portuguesa, trazida pelos portugueses. Daí que subsistam, em Angola, as situações de mono e bilinguismo.

Segundo o fenómeno da variação, a língua é heterogénea, pois o conceito de homogeneidade é quebrado por este fenómeno, sendo limitado por restrições contextuais ou de situação, pois cada um de nós, cada grupo social, possui falares específicos que têm raízes étnicas e sociológicas inapagáveis. Por isso, Filipe Zau, citando Quintas Cabanas (2014:20), salienta que *não se consegue apagar o que se aprendeu na infância*.

Esta herança sociocultural provoca solecismos como, segundo aponta Mingas⁴¹, o desconhecimento da noção de oposição entre o género e o número, o falante desconhece a marca de pluralização do português, que é feita pelo uso do morfema “s” não só na base mas também nos actualizadores, conforme verificamos nos exemplos abaixo:

- a. *As cabina é igual.* (As cabinas são iguais.)
- b. *Esses mambo não é vossos cubicos.* (Estes mambos não são vossos cubicos.)

Esta tendência explica-se pelo facto de, nas línguas nacionais, não haver acordo de número entre os actualizadores (artigos definidos) e os nomes e a flexão dos nomes, nas línguas *bantu*, em geral, fazer-se por meio de prefixos à base do nominal em vez de com sufixos como em português, um facto que constatamos nas construções frásicas acima.

No caso da pronominalização, ou melhor, no uso dos pronomes clíticos de 3.^a pessoa, que, no português, são representados pelos pronomes *a* (s) /*o* (s), com a função de complemento directo e *lhe* (s), de complemento indirecto, na língua nacional *Kimbundu*, são representados por um único morfema com uma função dupla *m*. Por isso, o locutor *kimbundu* não consegue fazer distinção ao substituir um nome por esses pronomes correspondentes.

Nestas frases, os pronomes de complemento indirecto e directo (*lhe*, *o*) são representados pelo mesmo morfema (*mu*) na língua nacional *Kimbundu*. Para estes locutores da variante angolana, segundo explica Mingas (2000: 71), o pronome com função de complemento directo apresenta sempre a mesma estrutura formal na sua língua nativa, proclítico, raramente respeita a norma portuguesa de mesoclitização. Isto explica as construções irregulares com que somos confrontados teimosamente em sala de aula, como se pode constatar nos exemplos abaixo e em outros por demonstrar ao longo deste trabalho.

- a. *Lhe entregarei as crianças para ficarem com ele.* (Entregar-lhe-ei as crianças para ficarem com ele.)
- b. *O João o compraria se estivesse mais barato.* (O João comprá-lo-ia, se estivesse mais barato.)

No caso das incoerências nas formas de tratamento, Mingas (2000: 67) elucida que as mesmas se devem ao facto de que, na língua nacional Kimbundu, não há acordo entre o sujeito e o predicado e só existe uma única forma verbal para todas as pessoas.

Por isso, o locutor luandense confunde *tu* e *você*, pois sente dificuldade de fazer o acordo do pronome com função de sujeito com o verbo, devido à igualdade existente entre as formas verbais da 2.^a e 3.^a pessoas.

Por conseguinte, a identificação e a descrição destes problemas devem constituir um meio eficaz para a criação de estratégias tendentes à superação dos referidos constrangimentos.

➤ **Variação geográfica**

Como já referimos, a língua que falamos muda e adapta-se consoante as nossas necessidades. De acordo com Mateus (2007: 4), a variação geográfica da língua deve-se a causas externas, a contactos com outras línguas e outras culturas, alterando o significado de algumas palavras e a construção de certas frases

Este contacto também se pode fazer no interior de um espaço nacional, pois, de geração para geração, as palavras mudam de forma. As variedades nacionais são constituídas por dialectos³, não apresentando, por isso, uniformidade interna⁴:

- a. Ontem passei no sinal vermelho e, para não ser multado, o agente regulador pediu-me dez *saldos*.
- b. Tive de dar *gasosa* ao segurança e ao conservador para registar o meu filho.

Nas frases apresentadas, as palavras *saldo* (recarga, diferença entre o débito e o crédito) e *gasosa* (refrigerante) adquirem um significado diferente (significado conotativo) do seu real (significado denotativo), ou seja, para a realidade angolana e em determinados contextos, as palavras *saldo* e *gasosa* adquirem um significado conotativo diferente do que podem adquirir estas palavras noutros lugares onde se fala português. São, portanto, neologismos semânticos⁶.

Bagno (1999: 32) afirma que, sempre que há transposições linguísticas de um povo para outro povo, também a variação é mais rápida do que se não tivesse mudado, porque os costumes, a natureza e as expressões se tornam outras, forçando a língua emigrante a adaptar-

⁶ atribuição de significado a um determinado vocábulo de acordo com o contexto em que se encontra inserido.

se à nova pátria. Por conseguinte, quando duas línguas estão em contacto, deve haver inevitavelmente mudanças.

1.4. O Contexto Sociolinguístico de Angola

De acordo com Neto (2012: 78), a nossa história de colonização, migração, imigração e de relações com outros povos e culturais criou para o português uma diversidade de situações de contacto e de contextos de aprendizagem de que têm resultados produtos linguísticos, de grupo ou de indivíduos, diferentes entre si. Sendo esse produto a língua, que nunca é homogénea, mas sempre heterogénea, constatando-se evoluções nos diversos contextos da sua evolução, incorpora novas formas de representações linguísticas da sua realidade actual segundo a contribuição de cada grupo linguístico e da relação entre as pessoas de uma sociedade estabelecendo-se critérios de compreensão entre eles. (Neto, 2012:26)

Para Mira Mateus (2007: 20), a língua é um fenómeno social, ou melhor, um comportamento natural, que se adapta às necessidades dos falantes, pois ela varia de acordo com a idade, a região, o grupo social e profissional dos falantes e conforme as pessoas a quem nos dirigimos. Sendo um fenómeno social é uma criação da comunidade, a língua não é homogénea, vai sofrendo alterações ao longo dos tempos, vai acompanhando a evolução natural da sociedade que a criou, mas exigindo sempre dos seus usuários competências comunicativa e linguística, ou melhor, adequação no dizer e o domínio das regras gramaticais.

Ora, no caso de Angola, sabe-se que há 42 línguas, contando com o português. Estas línguas, com excepção do português, são da mesma família linguística, pois, apesar de serem diferentes do ponto de vista geográfico, semântico e sintáctico, estão em contacto permanente, sem haver interferências umas nas outras. Embora haja outras línguas de origem banto como o *Kimbundu*, *umbundu*, *kikongo*, *ngangela*, *Tchokwe*, *helelo*, *oxindonga*, *oxiwambo*, o português é a única com o estatuto de nacional. Por isso, a sociedade angolana, segundo Neto (2012:26), é caracterizada por uma forte estratificação linguística.

Atendendo o plurilinguismo existente na sociedade angolana, o português, cujos falantes nativos só tiveram o seu aparecimento nas décadas de 1925-30 como consequência da proibição do uso das línguas autoctones no período colonial, foi oficializado, durante a fase da independência, como a língua de todo o território nacional, devido a vários factores, o

que tem criado desvios à norma padrão ensinada na escola diferente da norma culta, que é a usada na comunicação quotidiana.

A realização das línguas, em Angola, dá-se numa situação de plurilinguismo por força do percurso histórico da sua formação como nação, havendo, desta forma, várias línguas – as de origem africana, subdivididas em bantu e não bantu, e a de origem europeia, a portuguesa, trazida pelos portugueses e adquirida de forma coerciva e, durante a sua aquisição, houve interferências, ao nível da morfologia e da sintaxe, com as línguas locais de Angola. Daí que subsistam, em Angola, as situações de mono e bilinguismo.

O português é, hoje, a língua oficial em Angola, embora uma parte a tenha como língua materna e outra, como segunda e/ou estrangeira. Além do português, existem outras línguas, chamadas línguas nacionais ou maternas, nalguns casos, as de origem bantu como o *Kimbundu*, *umbundu*, *kikongo*, *ngangela*, *Tchokwe*, *helelo*, *oxindonga*, *oxiwambo*.

Tais línguas são actualmente faladas pelos mais velhos (avós) e poucos são os falantes jovens que as dominam. Com o decorrer do tempo e vivência dos angolanos com a língua portuguesa, a maior parte tem o português não só como língua oficial, mas também como língua materna que, como oficial, é falada pela maior parte dos falantes angolanos e, em todo o país, é usada nas escolas como veículo nacional de comunicação.

A imposição do português, como a única língua de ensino em Angola, sem ter em conta a situação linguística individual ou a realidade sociocultural dos falantes, gerou uma significativa interrupção nos hábitos e tradições linguísticas dos angolanos e contribuiu para a ocorrência de *psitacismo*, segundo Miguel (2003), op.cit. por Undolo (2014:53), e para o baixo rendimento escolar em todas as matérias de ensino.

Nos meados do Séc. XX, de acordo com Undolo (2014:53), o português continuava a ser a L2 em Angola, apesar do imenso investimento e intensificação da presença do governo colonial português. Por isso, Mingas (2000: 43) afirmou que houve/há interferências provenientes do contacto entre a sociedade colonial portuguesa e a Angola, cujas línguas apresentam diferenças importantes que, segundo a autora, estão na base das alterações morfossintácticas e morfofonológicas que caracterizam o português de Angola.

A forma colonizadora adoptada por Portugal consistia em aculturar na totalidade a sociedade angolana, ou seja, “na escola, houve uma imposição da língua portuguesa em detrimento das línguas locais, com excepção das escolas missionárias nas quais, para facilitar

o ensino, se podia usar a língua local, sendo a língua portuguesa ensinada durante cinco anos e, depois, no liceu, aprendiam-se línguas estrangeiras, como francês e inglês.” (Mingas, 2000: 48)

Esta tendência explica-se pelo facto de nas línguas nacionais não haver acordo de número entre os actualizadores (artigos definidos) e os nomes, sendo que a flexão, nas línguas bantu, fazer-se por meio de prefixos à base do nominal em vez de com sufixos como em português, um facto que constatamos nas construções frásicas acima.

No caso da pronominalização, ou melhor, no uso dos pronomes clíticos de 3.^a pessoa, que, no português, são representados pelos pronomes *a* (s) /*o* (s), com a função de complemento directo e *lhe* (s), de complemento indirecto, na língua nacional kimbundu, são representados por um único morfema com uma função dupla /*m*/. Por isso, o locutor *Kimbundu* não consegue fazer distinção ao substituir um nome por esses pronomes correspondentes.

Nestas frases, os pronomes de complemento indirecto e directo (*lhe*, *o*) são representados pelo mesmo morfema (*mu*) na língua nacional Kimbundu. Para estes locutores da variante angolana, segundo explica Mingas (2000:71), o pronome com função de complemento directo apresenta sempre a mesma estrutura formal na sua língua nativa, proclítico, raramente respeita a norma portuguesa de mesoclitização. Isto explica as construções irregulares com que somos confrontados teimosamente em sala de aula, como se pode constatar nos exemplos abaixo e em outros por demonstrar ao longo deste trabalho.

a. *Lhe entregarei as crianças para ficarem com ele.* (Entregar-lhe-ei as crianças para ficarem com ele.)

b. *O João o compraria se estivesse mais barato.* (O João comprá-lo-ia, se estivesse mais barato.)

No caso das incoerências nas formas de tratamento, Mingas (2000:67) elucida que as mesmas se devem ao facto de que, na língua nacional Kimbundu, não há acordo entre o sujeito e o predicado e só existe uma única forma verbal para todas as pessoas.

O locutor luandense, até ao momento, confunde *tu* e *você*, pois sente dificuldade de fazer o acordo do pronome com função de sujeito com o verbo, devido à igualdade existente entre as formas verbais da 2.^a e 3.^a pessoas em kimbundu, como indicado nos exemplos:

a. *Senhor, toma cuidado.*

b. *Toma (tu) cuidado.)*

A identificação e a descrição destes problemas devem constituir um meio eficaz para a criação de estratégias tendentes à superação dos referidos constrangimentos. As línguas que falamos mudam e adaptam-se consoante as nossas necessidades. De acordo com Mateus (2007: 4), a variação geográfica da língua deve-se a causas externas, a contactos com outras línguas e outras culturas, alterando o significado de algumas palavras e a construção de certas frases.

Este contacto também se pode fazer no interior de um espaço nacional, pois, de geração para geração, as palavras mudam de forma. As variedades nacionais são constituídas por dialectos⁷, não apresentando, por isso, uniformidade interna:

a. Ontem, passei no sinal vermelho e, para não ser multado, o agente regulador pediu-me dez *saldos*.

b. Tive de dar *gasosa* ao segurança e ao conservador para registar o meu filho.

Nas frases apresentadas, as palavras *saldo* (recarga, diferença entre o débito e o crédito) e *gasosa* (refrigerante) adquirem um significado diferente (significado conotativo) do seu real (significado denotativo), ou seja, para a realidade angolana e em determinados contextos, as palavras *saldo* e *gasosa* adquirem um significado conotativo diferente do que podem adquirir estas palavras noutros lugares onde se fala português. São, portanto, neologismos semânticos¹⁴.

Bagno (1999: 32) afirma que, sempre que há transposições linguísticas de um povo para outro povo, também a variação é mais rápida do que se não tivesse mudado, porque os costumes, a natureza e as expressões se tornam outras, forçando a língua emigrante a adaptar-se à nova pátria. Por conseguinte, quando duas línguas estão em contacto, deve haver inevitavelmente mudanças.

Esta herança sociocultural provoca solecismos como, segundo aponta Mingas¹⁰, o desconhecimento da noção de oposição entre o género e o número. O falante desconhece a marca de pluralização do português, que é feita pelo uso do morfema “s” não só na base, mas também nos actualizadores.

⁷ Mingas (2000:43)

Aquando da descolonização das coloniais portuguesas, entre as quais a de Angola, o português foi escolhido como língua oficial e segue a norma europeia. A escolha do português, como língua oficial, em Angola, deveu-se a questões políticas conducentes à integridade nacional, sendo legalmente reconhecidas as outras línguas de Angola, como nacionais, sem permissão aos domínios oficiais da vida nacional numa intercomunicação em todo o território nacional.

Na actual política linguística de Angola, segundo Undolo (2014:84), o português é língua oficial, mas não nacional, e as línguas autoctones são nacionais, mas não oficiais porque nacional, no contexto de Angola, tem o significado de nativo e não de língua comum a todos os indivíduos de uma nação. Hoje, em Angola, o português representa o principal factor de ascensão, mobilidade e integração na vida social e política de forma mais imediata e global. Todavia, Cabral (2005: 28) considera que a língua portuguesa, em Angola, é língua oficial, veicular e nacional.

Por este facto, tal como Marquês (1976), afirmamos que, para o contexto linguístico de Angola, seria melhor ensinarmos o português como uma língua não materna. “Os alunos dos níveis de iniciação e intermédio deverão usufruir de estratégias adequadas ao seu nível de proficiência linguística com base na elaboração de um plano de acompanhamento pedagógico, visando o desenvolvimento de conhecimentos e de capacidades no âmbito do português, enquanto objeto de estudo e como língua de escolarização.”

1.4.1. O ensino Intercultural em Angola

Angola é um país com uma grande diversidade linguística, sendo que cada uma das línguas nacionais representa um povo, e estes povos também convivem ainda no nosso território com povos provenientes de outros países e que falam as línguas dos seus espaços de origem. Queremos com isso dizer que em Angola coabitam os angolanos que já carregam com eles uma vasta diversidade linguística e cultural com povos provenientes de outros países como: os zairenses, cubanos, chineses, portugueses, brasileiros, cabo-verdiano, são-tomenses, malianos, indianos, entre outros.

Com base nas teorias acima citadas podemos afirmar que o nosso país além de ser multilingue e multicultural. Logo, a que se pensar em formas de todas estas culturas conviverem sem que umas se sobreponham às outras para que não corramos o risco de presenciar um conflito intercultural.

Transportando esta realidade para a escola, esta deverá desenvolver o potencial cultural que cada aluno possui, ou seja o seu repertório cultural, tal como se faz com as suas capacidades cognitivas, criativas ou físicas.

O ensino intercultural começa quando o docente guia o aluno na descoberta de si próprio e a ajuda a pôr-se no lugar do outro e compreender as suas reacções. De facto, este é um dos grandes desafios da escola nestes tempos. Atendendo à pluralidade cultural das nossas escolas, por ela ser uma das principais instituições de socialização e de formação cultural cabe-lhe o papel de preparar o aluno a aceitá-la, educando-o para uma cidadania intercultural. A escola deve ainda desenvolver uma competência plurilingue e pluricultural que permita que os seus alunos adquiram e desenvolvam as ferramentas necessárias para se sentirem elementos indispensáveis deste fenómeno.

Também é responsabilidade da escola favorecer o intercâmbio cultural, ensinando e desenvolvendo competências interculturais cada vez mais necessárias nas sociedades multiculturais existentes, já que o fenómeno se acentua com a globalização. Sendo assim, é preciso que a escola não se preocupe somente em tomar consciências problemáticas relacionadas ao preconceito cultural e diferentes formas de discriminação cada vez mais presentes no quotidiano escolar. Todavia, ela deve torná-las conhecidas, para que em conjunto com a sociedade possam arranjar soluções breves e práticas para combater estes comportamentos.

Nesta perspectiva, convém ter presente que a problemática da relação entre escola e cultura é inerente a todo o processo educativo, pois não existe educação que não esteja embasada na cultura da humanidade. As relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como dois antónimos, “constituem uma teia tecida no quotidiano, com fios e nós profundamente articulados” (Moreira & Candau 2003, p.13).

Torna-se indispensável, no contexto actual, que a escola assuma o papel principal na tentativa de proporcionar conhecimentos de igualdade e compreensão de diferentes contextos culturais, sendo o entendimento do conceito «educação intercultural» indispensável. A educação intercultural é compreendida como aquela que enfatiza a relação entre sujeitos culturais diferentes, criando contextos educativos capazes de criar a integração no processo de ensino-aprendizagem.” (Balça, 2006, p.232).

Não importa só reconhecer a existência de diversas culturas, mas sim conhecê-las e trabalhar sobre elas, de modo a poder transmitir o seu conhecimento da melhor forma aos

seus alunos. É preciso que as crianças e os jovens reflitam sobre as diferenças culturais, de forma a agirem sob essas diferenças para que se possam combater as discriminações (Peres, 1999).

A sala de aula de língua deve ser um lugar que proporcione ao aluno o conhecimento sobre o sistema da língua que está aprendendo (sua estrutura, seu vocabulário, suas regras e normas) e, também, sobre a cultura dessa língua. Assim, o professor de línguas deve levar em consideração vários aspectos em sala de aula, tanto os linguísticos quanto os culturais.

Diante disso, o trabalho com o aspecto cultural no ensino de línguas tem como base um processo em que não é tido como eixo somente o carácter linguístico, estrutural da língua-alvo ou a habilidade de comunicação, ou seja, devemos propor ao aluno que se posicione diante de uma consciência crítica e, também, humana em relação às outras culturas (FIGUEIREDO, (2010); FIGUEIREDO, (2009); GOMES DE MATOS, (2004)).

1.4.2. O Multilinguismo na Educação e na Sociedade

O multilinguismo em África, tal como em todos os países do mundo, é uma realidade e é um fenómeno normal, pois a maioria dos africanos é bilingue, falando pelo menos, duas línguas, isto é, a língua oficial e uma nativa. Diferentemente de Angola, nalguns países africanos privilegiaram-se a oficialização de pelo menos uma língua africana, é o caso da Tanzânia (Swahili) e da África do Sul que oficializou 11 línguas. Portanto, para se discutir sobre a questão da oficialização de línguas em países interculturais, torna-se imperativo compreendermos bem o que é o multilinguismo, a situação sociolinguística e as políticas educativas desses países.

Quando se fala em multilinguismo, fala-se em um modelo de aquisição e uso da linguagem que favorece tanto os aspectos linguísticos quanto os interculturais em uma sociedade multilíngue que requer diferentes competências e habilidades de seus participantes. Segundo a constituição da República de Angola, artigo 19, o português é a língua oficial e nacional de Angola, sendo que as outras línguas são valorizadas e promovidas para o ensino. Com isto pode-se comprovar que Angola é um país multilíngue e multicultural e que a sua situação linguística nos remete para a relação língua e sociedade, onde a posição que a língua portuguesa assume inibe muitos sujeitos, culturas, ideologias e identidades, que não o têm como materna, criando-se, assim, uma tensão entre as línguas nacionais e a língua

portuguesa. Portanto, a língua portuguesa goza, não só do estatuto de língua oficial, mas também o de ser a mais prestigiada e factor da ascensão social.

Segundo Bernardo (2021), na sociedade angolana contemporânea, a língua portuguesa ocupa um lugar de poder e é considerada a língua de ascensão social, colocando em contramão as línguas nacionais. Entretanto, a construção do discurso hegemónico sobre a língua portuguesa se torna infeliz na medida em que as constatações dão conta que muitas são as famílias que carecem do direito de ser ensinadas e atendidas na língua que melhor conhecem. E esse cenário ocorre em escolas, em hospitais e na justiça.

Concordamos com Bernardo (2021) quando afirma que “as línguas desempenham um papel preponderante na transmissão de saberes entre gerações”. Entretanto, o multilinguismo, em Angola, não pode ser visto como um problema, mas como oportunidade para o desenvolvimento social, cultural, político e económico das comunidades. Embora se tenha alcançado a independência em 1975, o ensino equitativo continua a ser um problema, pois a falta de políticas linguísticas-educativas que reconheçam e aceitem as línguas nacionais no ensino, nos contextos designados rurais, instrumentaliza os sujeitos dessas comunidades, pois são forçados a aprender uma língua diferente da que se usa na sua realidade, ou que é usada pela maioria dos membros da sua comunidade. Portanto, segundo Bernardo (2021), precisa-se de políticas inclusivas, que reconheçam que a diversidade linguística é um elemento de desenvolvimento do ensino e que é necessária para que o direito de ser ensinado em sua língua se cumpra e se alcance um ensino não marginal.

A diversidade, segundo Bernardo (2021), refere-se à abundância de coisas diferentes, à variedade e à diferença. A diversidade linguística, neste caso, está relacionada com a existência e a convivência de línguas diferentes. O seu estudo, conhecido como o estudo da diversidade das línguas, tem por objectivo fazer a ligação entre a aprendizagem e o respeito às diferenças de vocabulário de cada país ou região, por exemplo.”

Do ponto de vista da inclusão, as políticas linguísticas-educativas adoptadas pela escola evidenciam a hegemonização do monolinguismo no sistema de ensino angolano, sendo que a escola passa a ser vista como segregada e marginal para os sujeitos falantes das línguas nacionais (Bernardo, 2021). O mesmo autor admoesta que para que não se continue a ocultar as línguas nacionais como língua de ensino num contexto como o de Angola, pois as

línguas nacionais estão aí em constante utilização. Não se compreende a invisibilidade que se tem dado à diversidade linguístico-cultural em Angola.

O Ministério da Educação deve pensar a escola como lugar de inclusão do sujeito porque, segundo o artigo 23 da Unesco, “o ensino deve contribuir para fomentar a capacidade de auto-expressão linguística e cultural da comunidade linguística do território onde é ministrado e contribuir para a manutenção e o desenvolvimento da língua falada pela comunidade linguística desse território, bem como deve estar sempre ao serviço da diversidade linguística e cultural, e das relações harmoniosas, pois todos têm direito a aprender qualquer língua.”

Segundo Dombele e Timbane (2020) "no contexto em que se processa o ensino e aprendizagem do português em Angola observa-se a ausência de condições infraestruturais para além da falta da interação entre professor, aluno, pais e Ministério da Educação. A existência de turmas com alunos de português como L1 e L2 torna o ensino complexo porque a metodologia e os materiais deveriam ser diferentes. As interferências das línguas africanas no português obrigam uma atualização metodológica constante do professor de português para que possa responder à realidade angolana desafiando a complexidade à variedade angolana do português que é diferente do português de Portugal.”

Byram (2006) fez um interessante esquema, que ilustramos a seguir, onde apresenta a relação linguístico-cultural e a competência comunicativa do indivíduo, com a devida ligação à cultura.

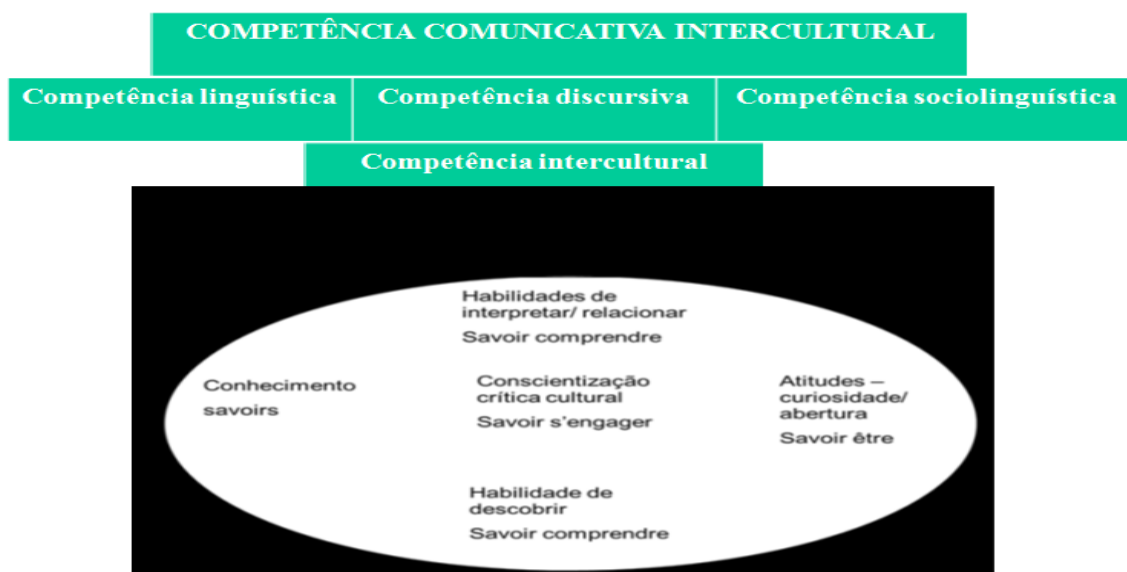


Imagem 1: Relação linguístico-cultural segundo Byram (2006)

Nesse sentido e olhando para a figura acima, o ensino de línguas, levando em consideração a abordagem comunicativa que, conforme afirmam Figueiredo e Oliveira (2012, p. 29), “tem o objetivo de proporcionar ao aprendiz conhecimentos linguísticos para que ele se torne habilitado a se comunicar com outros falantes, nativos ou não, da língua que está aprendendo”, objetiva o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, e, numa perspectiva intercultural, o ensino de língua estrangeira tem como principal objetivo o desenvolvimento da competência comunicativa intercultural desse aprendiz.

O conceito de competência comunicativa intercultural é uma expansão da concepção da competência comunicativa. Para Byram (1997) e HALL (2012), a competência comunicativa intercultural, como conhecimento, habilidades e atitudes, que são necessárias para se envolver em actividades onde a língua alvo, é o principal código de comunicação e no qual esse código é comum para aqueles com diferentes línguas de preferência.

Podemos aqui realçar que o falante angolano precisa desenvolver competências gerais como *o conhecimento declarativo, a competência de realização, a competência existencial e a competência de aprendizagem*, pois o processo de ensino de uma língua, de acordo com Neto (2012), implica o desenvolvimento de competências gerais de dimensão cultural (o conhecimento do mundo e o sociocultural e a consciência intercultural), atendendo a indissociabilidade existente entre língua, sociedade e cultura.

Corbett (2003, p. 2) explica que a “competência comunicativa intercultural inclui a capacidade de compreender a linguagem e o comportamento da comunidade alvo, e explicar para os membros da comunidade, local “e vice-versa” (CORBETT, 2003, p. 2, grifo do autor). Grosso modo, um método intercultural capacita os alunos a serem “diplomatas”, capazes de observarem as diferenças culturais numa perspectiva de entendimento informado.

É a escola que deve promover a interculturalidade, pois tem o papel de dinamizar o gosto por outras culturas, quaisquer que sejam, desenvolver valores de compreensão entre umas em relação às outras, plantar nos alunos curiosidades pela diversidade, realizar actividades de interacção cultural, entre outras, pois estas práticas exploram e incentivam o respeito pela diversidade cultural. Para desenvolver este tipo de educação é importante formar um “professor intercultural”, isto é, um professor capaz de encarar a diversidade linguística e cultural como fonte de riqueza para o processo de ensino/aprendizagem, promovendo a rentabilização de saberes e de culturas, garantindo assim a comunicação entre a cultura oficial e as restantes culturas.

CAPÍTULO II – SOLECISMOS NO PORTUGUÊS

A língua constitui um processo muito complexo que o homem utiliza para interagir com os seus semelhantes. Ela representa um dos elementos culturais de um povo, pois os identifica. Para se comunicar, o homem utiliza palavras de acordo com certas regras gramaticais de que, por vezes, nos acabamos desviando por motivos ligados a factores já referidos por Mingas (2011) no Capítulo III do nosso trabalho.

Estes desvios de sintaxe que ocorrem a nível da concordância, da colocação dos pronomes clíticos e da regência designam-se solecismos (Lapa, 1988, 217). O solecismo pode tornar-se um vício de linguagem.

Neste trabalho, consideramos solecismos de 3 (três) tipos, a saber:

- De concordância (nominal e/ou verbal);
- De colocação;
- De regência (nominal e verbal)

2.1. Solecismos de Concordância: Nominal e Verbal

Cegalla ((1984: 216) define concordância como o princípio sintáctico por meio do qual as palavras se harmonizam, nas suas flexões com as palavras de que dependem. As palavras encontram-se relacionadas entre si, em género (masculino e feminino), em número (singular e plural) e em pessoa (1.^a, 2.^a e 3.^a). No entanto, Lapa (1984) considera a concordância um campo muito vasto, em que certas combinações da inteligência, da imaginação e da vontade andam constantemente em briga com a lógica. Para ele, não há propriamente erros em Estilística, porque para os maiores desvios é achada uma determinante psicológica, natural, de que é exemplo a concordância na frase seguinte:

- *Dá um aspecto interessante, os prédios com as janelas cheias de luz.*

Neste exemplo de capa, o autor explica que *a falta de concordância entre o verbo e o sujeito se deve ao facto de que quem assim escreveu não considerar os prédios na sua variedade, mas no seu conjunto. Daí o emprego do singular pelo plural, procurando esclarecer aquela infracção com base na psicologia* (Gois, 1984: 216-217).

Apesar disso, segundo o mesmo autor, deve haver uma disciplina razoável que paute por uma certa ordem, sem descurar mas reconhecer a liberdade e o espírito criativo que é direito do artista¹⁷. Mostra assim a importância do ensino da norma gramatical para reger o bem-falar de uma sociedade.

Estes desvios aparentes de concordância explicam-se por três motivos, como apontou Lapa¹⁸:

- Um, que consiste em concordar as palavras não segundo a letra mas segundo a ideia;
- Outro, segundo o qual a concordância varia conforme a posição dos termos do discurso;
- Um terceiro, que traduz o propósito de fazer a concordância com o termo que mais interessa acentuar ou valorizar.

De um modo geral, a evolução do sistema de concordância tende a refrear a liberdade da silepse (concordância mental, presente no exemplo apresentado) em proveito da concordância literal. Desta forma, convém ao artista escolher a concordância que melhor lhe convier (Lapa 1984: 219).

Carlos Gois⁸ aponta que a língua portuguesa procura estratificar os seus dizeres, fugindo ao sincretismo, considerado como um fenómeno mais das línguas ainda em formação do que de um idioma já emancipado, ou seja, a língua portuguesa procura uniformizar-se. Portanto, devemos considerar a relação de concordância em género e número que existe entre sintagmas e entre elementos de cada sintagma.

➤ **Concordância Nominal**

A concordância do género e do número do (s) adjectivo (s) com o (s) do (s) substantivo (s) com ele (s) relacionado (s) designa-se concordância nominal, como nos exemplos seguintes:

a. Saltámos um muro *alto*.

Adjectivo

b. Entrámos por *largas* portas *envidraçadas*.

Adjectivo

Adjectivo

Tratando-se de um único nome, os adjectivos (*alto*, *largas* e *envidraçadas*) devem concordar em género e em número com os substantivos (*muro* e *portas*) que caracterizam.

⁸ (1984).

Quando se processa a concordância de um adjetivo com mais de um nome, é necessário ter em conta se a função daquele é atributiva ou predicativa:

- a. Naquela época, havia manhãs e tardes *fresquíssimas*.
- b. A Joana parece *animada*.

Nos exemplos anteriores, o adjetivo *fresquíssimas* é atributo de *manhãs e tardes* porque indica a qualidade desses nomes, enquanto *animada* é predicativo porque caracteriza ou faz um juízo avaliativo (do nome *Joana*) integrado no predicativo cujo núcleo é um verbo de significação indefinida.

➤ Concordância com o adjetivo atributivo

Como vimos, o adjetivo pode ter função atributiva ou predicativa e pode aparecer à direita ou à esquerda do nome, com alteração do respectivo valor semântico.

- a. O Leonel e a Carla são uns meninos *lindos*.
- b. O Leonel não, mas a Carla é uma *linda* menina.

O adjetivo, quando posposto ao nome, adquire um valor objectivo e próprio e, quando anteposto, adquire um valor afectivo (*linda* menina = bem-comportada, independentemente de ser feia ou não; meninos *lindos* = de formas correctas, bonitos).

A regra geral, nos casos de relação de um adjetivo com mais de um nome, determina que aquele vá para o plural do género predominante. Porém, a concordância do adjetivo depende, em alguns casos, da posição que ocupa relativamente ao nome.

Nos casos seguintes, ele apresenta-se em posição posposta aos nomes:

- a. Irmão e prima *recém-chegados* estiveram aqui.
- b. Irmã e prima *recém-chegadas* estiveram aqui.
- c. Irmã e prima *recém-chegada* estiveram aqui.
- d. Coletes e calças *claras*.
- e. Calças e colete *claros*.
- f. Lenços e saia *claros*.

Em *a*), estamos perante um nome masculino (*irmão*) e um feminino (*prima*); nestes casos, o adjectivo deve ficar no plural do género masculino, que é o género predominante (*recém-chegados*). Em contrapartida, no segundo exemplo, estamos perante dois nomes femininos e, em casos assim, o adjectivo vai para o feminino plural (*recém-chegadas*) ou pode concordar com o mais próximo, se apenas a este se referir, como em *c*.

Em *d*, *e* e *f*, estamos perante nomes masculinos (*colete/s*, *lenços*) e femininos (*calças* e *saia*); neste caso, o adjectivo concorda com o nome mais próximo (em *d*, pressupondo- -se que apenas a este se refira.) e com o plural do género predominante em *e* e *f*, porque a relação é estabelecida entre nomes de géneros diferentes.

Portanto, em posição posposta ao nome, o adjectivo vai para o plural do género predominante, ou pode concordar com o nome mais próximo, se apenas a este se referir. Aliás, segundo Lapa (1984: 227), a língua usa, geralmente, um artigo definido, nestes casos, para qualificar os dois nomes e não apenas o segundo. E esse será, juntamente com a forma do plural, o melhor estilo, por não deixar na sombra um dos elementos a caracterizar:

a. Revelou *uma* actividade e energia desusadas.

Nos casos de concordância de mais de um adjectivo com um único substantivo, este permanece no singular e coloca-se o artigo antes do último adjectivo ou o substantivo vai para o plural e omite-se o artigo antes do adjectivo, conforme em *a* e *b*, dos exemplos abaixo:

- a. Admiro a cultura *angolana* e *a portuguesa*.
- b. Admiro as culturas *angolana* e *portuguesa*.

Como dissemos, o adjectivo pode posicionar-se antes (à esquerda) do (s) nome (s), como nos casos seguintes:

- a. Tenho *lindos* gatos e gatas.
- b. Tenho *lindas* gatas e gatos.
- c. As *adoráveis* Fernanda e a Zé vieram visitar-me.
- d. Encontrei os *divertidos* primos e primas na festa.

Nos exemplos apresentados, os adjectivos atributos *lindos/as*, antepostos aos respectivos nomes, seguem a regra geral (em *a*), porque *lindos* concorda com o plural do género predominante (*gato*, masculino, e *gata*, feminino) ou concordam, em *b*, com o nome mais próximo (*lindas*).

Em *c* e *d*, os adjectivos atributos *adoráveis* e *divertidos* assumem a forma plural do género predominante, forçosa nos casos em que os nomes sejam próprios (em *c*) ou de parentesco (em *d*).

Existem alguns casos particulares de concordância dos adjectivos nas expressões, segundo Gois⁹, designadas “contractas”, i.e, quando caracterizam nomes de cores ou quando são compostos.

- a. Ondas *negro-azuis*
- b. Flores *verde-brilhantes*
- c. Topos *pardo-azulados*
- d. Barba *castanho-escura*

Na verdade, o hífen da justaposição pode, nestes casos, ser interpretado como E (conjunção copulativa). No entanto, Lapa²³ sugere não se impedir a representação desejada da imagem de cada um, conforme seja uma ou duas unidades de pensamento na composição do adjectivo com duas cores justapostas:

- . Ondas *negro-azul*. (quem vê uma unidade)
Ondas *negro-azuis*. (quem vê duas unidades)
- b. Flores *verde-brilhante*. (quem vê uma unidade)
Flores *verde-brilhantes*. (quem vê duas unidades)
- c. Topos *pardo-azulado*. (quem vê uma unidade)
Topos *pardo-azulados*. (quem vê duas unidades)
- d. Barbas *castanho-escuro*. (quem vê uma unidade)
Barbas *castanho-escuras*. (quem vê duas unidades)

Daqui se formula uma regra, contudo com numerosas excepções, segundo Lapa²³, de que sempre que vemos mais de uma unidade de pensamento no adjectivo composto, caracterizando nomes de cores justapostas, apenas o segundo adjectivo concorda com o nome.

⁹ *idem*

Abaixo, apresentamos um quadro sintético com as regras de concordância nominal do adjetivo atributivo com mais de um nome:

Quadro1 – Concordância do adjetivo atributivo

Adjectivo atributo	
À esquerdas dos substantivos	À direita dos substantivos
Concordância de um adjectivo com mais de um nome	
Fica no plural do género predominante ou concorda com o mais próximo. • Encontrámos <i>caídos</i> as roupas e os prendedores. • Encontramos <i>caído</i> o prendedor e a roupa. Quando caracteriza nomes próprios ou de parentesco, fica forçosamente no plural do género predominante dos nomes. • Conheci as tuas <i>lindas</i> mulher e filhas.	Fica obrigatoriamente no plural do género predominante ou concorda com o mais próximo, quando apenas a este se referir. • Irmão e prima <i>recém-chegados</i> estiveram aqui. • Irmã e prima <i>recém-chegada</i> estiveram aqui.
Concordância de dois adjectivos com um nome	
	Nos casos de dois adjectivos ligados por E, com um nome no singular, a concordância pode ser feita apenas com a determinação do 2.º por artigo definido; com o nome no plural, os dois adjectivos podem ficar no singular, sem determinação: • <i>Admiro a cultura angolana e a portuguesa.</i> • <i>Admiro as culturas angolana e portuguesa.</i> Quando caracterizam nomes de cores justapostas apenas o 2.º concorda com o nome: • Flores verde-brilhantes.

Fonte: autor

➤ Concordância com o adjetivo predicativo

O adjetivo predicativo é a palavra ou a expressão que estabelece uma relação de sentido com o sujeito, do qual indica uma característica, sendo esta relação estabelecida através de um verbo copulativo. Por outras palavras, integra a função predicativa, qualificando o sujeito. Este adjetivo, de um modo geral, ocupa uma posição pós-nominal porque se situa à direita do verbo cuja significação define.

- a. A Joana parece triste.
- b. A Joana é muito *mimada*.

Nas frases *a* e *b*, os adjectivos predicativos *triste* e *mimada* estão ligados ao nome *Joana* através de um verbo de ligação (*parece*), ocupam uma posição pós-nominal, que é a posição canónica do adjectivo e concordam com o nome em número e género.

No entanto, a concordância do adjectivo predicativo depende de algumas particularidades, quando em posição posposta ao nome, como nos casos seguintes:

- . O homem e a sua esposa eram *hospedados* aqui.
- b. Água é *bom* para a saúde.
- c. A água é *boa* para a saúde.
- d. Antes sejamos *breve* que *prolixo*.

Na frase *a*, estamos perante um nome masculino (*homem*) mais um feminino (*esposa*); o predicativo *hospedados*, neste caso, deve ficar obrigatoriamente no plural do género predominante, isto é, no masculino plural.

Em *b*, a concordância do adjectivo predicativo (*bom*) é feita no masculino porque o nome (*água*) não está determinado; se o for, já concordará em género e número com ele (em *c*).

Em *d*, o autor usa o plural de modéstia no verbo (*sejamos*), razão pela qual o adjectivo não é atingido por esse plural mas deve logicamente referir-se à 1ª pessoa do singular, justificando-se pela lógica do pensamento e não da língua²⁴. O adjectivo no singular destrói um pouco o efeito do verbo no plural; por isso, hoje aquela frase pode construir-se com o predicativo plural (*breves, prolixos*).²⁵.

Quando o adjectivo predicativo se situa em posição anteposta ao nome, a concordância com este é feita de modo semelhante àquela em posição posposta:

- a. Estavam *feridos* o pai e os filhos.
- b. Estava *ferido* o pai e os filhos.
- c. É *proibido* entrada de pessoas aí.
- d. É *proibida* a entrada de pessoas aí.

Nos casos *a* e *b*, os adjectivos (*feridos*, *ferido*), com função predicativa e em posição anteposta aos nomes (*pai e filhos*), ficam no plural do género predominante (em *a*) ou concordam com o nome mais próximo (em *b*).

No caso *c*, a ligação entre o nome e o adjectivo é feita com um verbo de significação indefinida (*ser*); neste caso, o adjectivo deve ficar no masculino singular, quando não houver um determinante do nome; se com determinante, concorda com o substantivo, (em *d*), em género e número.

Abaixo, apresentamos um quadro sintético sobre as regras de concordância nominal do adjectivo predicativo com mais de um nome:

Quadro 2– Concordância do adjectivo predicativo

Adjectivo predicativo	
À esquerda dos substantivos	À direita dos substantivos
- Fica no plural do género predominante ou concorda com o nome mais próximo. - Estavam feridos o pai e as filhas. - Estava ferido o pai e as filhas.	- Fica forçosamente no plural do género predominante. - O homem e a esposa eram hospedados aqui. - Fica no masculino singular, com nome sem determinante, mas, com determinante, concorda com o nome em género e número. - É proibido entrada de pessoas estranhas. - Proibida a entrada de pessoas estranhas.

Fonte: autor

Por conseguinte, a posição do adjectivo determina, muitas vezes, a sua concordância, por atracção (com o mais próximo) ou por lógica (com o género predominante), com os nomes a que se refere.

➤ Concordância verbal

Nesta parte do nosso trabalho, vamos tratar da concordância do verbo com o sujeito. O verbo é uma classe morfológica que deve concordar em número e pessoa com o sujeito da oração. Há regras que ditam esta concordância, possíveis de depreender dos exemplos seguintes:

- Só eu e o Juvenal *ficámos* calados.
- Eu, o António e a Carla *acabámos* o trabalho mais cedo.
- Tu, a Antónia e a Marieth *devem* conversar com o director.

- d. Quando é que a Joana, o Estêvão e tu *ides* ver este filme?

Nas frases *a* e *b*, verificamos que o verbo figura na 1ª pessoa do plural (*ficámos*, *acabámos*) porque entre os integrantes do sujeito composto figura um de 1ª pessoa (*eu*). Em contrapartida, em *c*, o verbo apresenta-se na 3ª pessoa do plural (*devem*), apesar de entre os integrantes do sujeito composto figurar um sujeito de 2ª pessoa (*tu*). Neste caso, deveria recorrer-se à 2ª pessoa do plural, como em *d*. Mas, segundo Miguel (2007: 102), esta forma está em desuso e tem vindo a ser substituída pela 3ª pessoa do plural (*vocês irão*).

Portanto, com sujeitos compostos, em posição lógica (à esquerda do verbo), o verbo deve ficar na 1ª pessoa do plural (como em *a* e *b*), caso haja, na frase, um sujeito de 1ª pessoa ou pode ficar na 3ª pessoa, se houver entre os sujeitos um sujeito de 2ª pessoa, embora a tradição da língua determinasse o uso da 2ª pessoa do plural.

Por outro lado, quando o sujeito composto se situa à direita do verbo, apesar de, geralmente, levar o verbo para o plural, este também pode concordar com o nome mais próximo.

- a. *Caiu* ele e o amigo.
b. *Ficas* tu, a Felícia e a Rute.

Nas frases, os verbos (*caiu*, *ficas*) concordam com os pronomes (*ele*, *tu*), elementos mais próximos do sujeito composto. Mas poderiam também ficar no plural; no último caso, com duas variantes (2ª e 3ª pessoas):

- a. *Caíram* ele e o amigo.
b. O amigo e ele *caíram*.
c. *Ficaram* tu, a Felícia e a Rute.
Ficais tu, a Felícia e a Rute.
Ficas tu, a Felícia e a Rute.
d. Tu, a Felícia e a Rute *ficaram*.

➤ Casos particulares de concordância verbal

Além destas regras gerais, existem alguns casos particulares de concordância verbal, dependentes doutros factores, não tanto da anteposição ou posposição do sujeito ao verbo, possíveis de referir a partir dos seguintes exemplos.

- a. Vende (m) -se carro (s).
- b. Precisa-se de secretária.
- c. Trabalha-se muito aqui.
- d. Havia muitas pessoas na rua.
- e. A gente vai ver quem tem razão.
- f. Cerca de 1% dos eleitores não votou.
- g. A maioria dos jovens não foi/foram à palestra.
- h. Sou um pobre homem que não faço/faz mal a ninguém.
- i. Fui eu quem derramou o café.
- j. Quem são os candidatos?
- k. A astronomia é uma das ciências que honram a humanidade.
- l. Nem um nem outro veio/vieram à palestra.
- m. A Primavera são as flores e as andorinhas.
- n. Isso parecem ilusões.
- o. Vossa Excelência recebeu o documento?
- p. O Pedro ou o António ganhará o prémio.
- q. O vento, a chuva, o frio não os inquietava (m).
- r. Trabalhar e descansar fortalece a saúde.
- s. (Os) EUA é (são) uma nação forte.

Em *a*, a partícula SE tem função de partícula apassivadora, estando a frase na voz passiva sintética; nestes casos, o verbo (transitivo directo ou bitransitivo) concorda com o termo que recebe a acção; em *b* (verbo transitivo indirecto) e *c* (verbo intransitivo), estamos perante frases em que os sujeitos são indeterminados, e a partícula SE serve para indicar esta indeterminação, sendo, por isso, partícula indeterminadora do sujeito. Nestes casos, os verbos devem figurar, obrigatoriamente, no singular.

Em *d*, o sujeito é nulo; a construção faz-se com um verbo impessoal (*havia*), com significado de existir; com este tipo de sujeito, o verbo fica sempre na 3ª pessoa do singular (mesmo o auxiliar, como no caso: *devia haver* muitas pessoas aqui).

Em *e*, a construção é feita com um nome colectivo (*a gente*), o verbo fica no singular, pois trata-se de um sujeito colectivo, mas pode ir para o plural, se o colectivo tiver determinativo, como em *g* (*A maioria dos jovens não foi/foram à palestra*). Segundo Lapa (1984: 220), o sujeito colectivo tem dupla representação: a do todo e a das partes de que se

compõe, podendo sugerir-nos uma noção global, abstracta de quantidade ou uma representação parcial, concreta de qualidade. Estas duas operações desempenham um papel importante na concordância do verbo com o sujeito colectivo, porque, umas vezes, interessamos mais chamar a atenção para o conjunto, outras, para o seu desdobramento em partes, por exemplo: *O povo lhe pediram para que se chamasse Regedor* ou *Gente que faziam conta que tinham a presa certa*²⁶. Nestas frases, os verbos (*pediram* e *faziam*) foram postos no plural, com sujeito colectivo (*povo* e *gente*) pela tendência antiga para pluralizar os nomes colectivos.

Segundo Lapa (1984: 220), hoje seria impossível esta concordância por brigar contra a lógica: *O povo pediu-lhe que se chamasse Regedor./Gente que fazia conta que tinha a presa certa*. Todavia, quando o sujeito colectivo está mais distanciado do verbo, já este se pode pôr no plural, à semelhança da construção antiga: *Vendo os nossos como a gente destas terra das andavam nadando por se acolher a terra*.

Em *f*, a construção faz-se com uma expressão indicadora de quantidade aproximada (*cerca de*) seguida de numeral; neste caso, e com outras expressões indicadoras de quantidade aproximada (*cerca de, menos de, perto de...*), o verbo concorda com os numerais em número. Em *g*, figura, na estrutura, uma expressão partitiva (*a maioria*), nestes casos, e com outras expressões partitivas (*a minoria, grande, parte de, uma porção de, o restante de: a minoria, a maioria, grande, parte de, uma porção de, o restante de...*), o verbo pode ficar na 3ª pessoa do singular (por lógica: *A maioria dos jovens não foi à palestra.*) ou ir para o plural (por atracção: *A maioria dos jovens não foram à palestra.*).

Em *h*, o verbo (*fazer*) concorda com o antecedente do pronome relativo (*que*), no caso *homem* (3.ª pessoa): *Um pobre homem que não faz mal*. No entanto, *homem* é predicativo do sujeito *Eu* (subentendido), pelo que a concordância do verbo pode ser feita com este (1.ª pessoa): *Sou (eu) que não faço mal a ninguém*. Daqui se depreende que, com o relativo *que*, a concordância deve ser feita com a pessoa do antecedente e, nos casos em que este acompanhe um verbo de significação indefinida, com a pessoa do predicativo deste, se aquele o tiver. Todavia, nestes casos, os gramáticos proscrevem a segunda construção, por não ser clássica, mais um processo lírico, como diz Lapa, por concentrar todo o interesse na 1ª pessoa, sendo, por isso, mais enérgica e afectiva, enquanto a segunda construção, com o verbo na 3ª pessoa, concordando com o antecedente (o predicativo do sujeito), torna-se narrativa e perde, por isso, intensidade e afecto.

Contrariamente à abordagem anterior, em *i*, o pronome relativo *quem* obriga o verbo a ficar na 3ª pessoa do singular e não à concordância com o seu antecedente. No entanto, se QUEM for interrogativo (como em *j*), o verbo concorda com o número do predicativo.

Em *k*, a expressão *uma das* está seguida do relativo *que*; nestes casos, o verbo vai para a 3ª pessoa do plural; mas, em construções com a expressão *nem um nem outro* (em *l*), o verbo pode ficar na 3ª pessoa do singular (por lógica: Nem um nem outro fez o trabalho) ou do plural (por atracção: Nem um nem outro fizeram o trabalho.).

Em *m*, o núcleo da frase é um verbo de significação indefinida (*ser*); nestes casos em que o verbo *ser* possui sentido de “algo ser constituído”, concorda com o nome predicativo do sujeito. O mesmo é o caso da alínea *n*, em que o núcleo da frase é um verbo de significação indefinida (*parecem*) e o sujeito é um pronome demonstrativo (*isso*); por isso, o verbo concorda com o predicativo do sujeito. Com sujeitos *isto*, *isso*, *aquilo*, *tudo*, *nada*, *ninguém*, *o resto*, *o mais* o verbo concorda com o predicativo do sujeito.

Na alínea *o* (*Vossa Excelência recebeu o documento?*), a concordância processa-se com a forma de tratamento formal (*Vossa Excelência*); nestes casos, o verbo fica na 3ª pessoa (do singular ou do plural). Em termos de concordância nominal, estas formas protocolares exigem a concordância com o género da pessoa a quem se dirige o falante: Ex.: V. Exa. é muito rígido. (rígida, no caso de se referir a uma mulher).

Em *p*, estamos perante frases em que há uma ideia de exclusão determinada pela conjunção disjuntiva/alternativa *ou*; nestes casos, o verbo figura na 3ª pessoa do singular (*ganhará*) porque apenas um alcançará o prémio, e na 3ª do plural, se fosse de inclusão (A poluição sonora *ou* a do ar *são* prejudiciais.).

Em *q*, o verbo (*inquietava*) concorda, por atracção, com o elemento mais próximo (*frio*) mas pode ficar no plural, por lógica (*inquietavam*), porque os sujeitos alinhados funcionam como quase sinónimos. Algo semelhante acontece nos casos de sujeito composto formado por infinitivos somados (na alínea *r*) ou de sujeito formado por nome próprio que seja termo vocabular no plural (na alínea *s*), casos em que o verbo fica na 3ª pessoa do singular mas, se os infinitivos ou o nome próprio forem antecipados de artigo, o verbo já irá para o plural.

Para um esclarecimento mais sucinto deste assunto, o quadro seguinte resume as regras apresentadas sobre a concordância verbal.

Quadro 3 - Concordância verbal

Característica do sujeito	Concordância do verbo
Sujeito composto com diferentes pessoas gramaticais	<u>Com sujeito:</u> De 1.ª pessoa + outra (s): verbo fica na 1ª pessoa do plural - Só eu e a Carla <i>fizemos</i> o trabalho. De 2.ª pessoa + terceira: verbo fica na 2ª ou 3ª pessoas do plural ou do singular. <i>Ficais</i> tu, a Felícia e a Rute. <i>Ficas</i> tu, a Felícia e a Rute - Tu, a Felícia e a Rute <i>ficaram</i>. <i>Caiu</i> ele e o Pedro.
Com partícula apassivadora SE	Verbo + SE + CD: com o CD <i>Faz-se</i> cópia. <i>Fazem-se</i> cópias. Verbo + SE + Prep. + CI: fica na 3ª pessoa do singular. <i>Precisa-se</i> de secretárias. Verbo + SE (verbo intransitivo): fica na 3ª pessoa do singular. <i>Trabalha-se</i> muito aqui.
Sujeito nulo (com verbos impessoais <i>haver</i> e <i>fazer</i> com o sentido de existir ou acontecer)	Fica na 3ª pessoa do singular <i>Tem</i> havido muitos acidentes em Luanda. <i>Há</i> muitos acidentes em Luanda.
Com expressões indicadoras de quantidade (CERCA DE, MENOS DE, MAIS DE, PERTO DE...) + numeral.	Concorda com o numeral. - Cerca de 50% dos jovens não <i>votaram</i>. - Cerca de 1% dos jovens <i>votou</i>.
Nome colectivo	Fica no singular ou pode ir para o plural, se o nome for seguido de complemento determinativo (adjectivo ou nome) no plural. A turba de fãs <i>gritou/gritaram</i>.
Pronome relativo QUE	Concorda com o antecedente do pronome ou com o sujeito Sou (eu) que não <i>faço</i> mal a ninguém.
Pronome QUEM	Fica na 3ª pessoa do singular, se for relativo. Concorda com o predicativo do sujeito, se for interrogativo. - Não fui eu quem te <i>chamou</i>. - Quem são os <i>reprovados</i>?
Com a expressão UM DOS QUE	Fica na 3ª pessoa do plural. O Manuel foi um dos que <i>ficaram</i>.
Com a expressão NEM UM NEM OUTRO	Pode ficar na 3ª pessoa do singular (lógica) ou ir para o plural (atração). Nem um nem outro <i>estudou/estudaram</i>.
Com o verbo SER com sentido de “algo ser constituído ou demais verbos que peçam nome predicativo do sujeito, com sujeito ISTO, ISSO, AQUILO, TUDO, NADA, NINGUÉM,	Concorda com o predicativo do sujeito. A primavera <i>são</i> as flores e as andorinhas.

O RESTO, O MAIS...	
Com expressões partitivas (A MINORIA, A MAIORIA, GRANDE PARTE...) seguidas de um nome no plural	Pode ficar na 3ª pessoa do singular (por lógica) ou ir para o plural (por atracção). • A maioria dos jovens não <i>foi/foram</i> à palestra.
Com nomes próprios com ou sem artigo	Fica no singular (se antecipado de artigo no plural, o verbo irá para o plural). • Estados Unidos <i>é</i> uma nação poderosa. • Os Estados Unidos <i>são</i> a maior potência mundial.
Com infinitivos somados	Fica no singular (3ª pessoa) ou, se antecipado de artigo, o verbo vai para o plural. Ex.: Trabalhar e descansar <i>fortalece</i> a saúde. O trabalhar e o descansar <i>fortalecem</i> a saúde.
Com elementos ligados por OU	Fica na 3ª pessoa do singular, se a ideia for de exclusão; e na 3ª do plural, se for de inclusão. • O Pedro ou o António <i>ganhará</i> o prémio. • A poluição sonora <i>ou</i> a do ar <i>são</i> prejudiciais.
Com elementos quase sinónimos	Pode ficar no plural (por lógica) ou concordar com o elemento mais próximo (por atracção). • O vento, a chuva, o frio não os <i>inquietava/inquietavam</i>.

Fonte: autor

2.2. Solecismos de Colocação Pronominal

Falar sobre os solecismos de colocação encaminha-nos para o estudo dos pronomes pessoais. Estes têm a função de substituir as pessoas, se são referenciadas na fala, de modo a evitar a sua repetição e podem exercer, na frase, a função de sujeito, complemento directo, complemento indirecto, complemento circunstancial de companhia ou agente da passiva.

Quanto à função, os pronomes podem ser rectos, quando funcionam como sujeito, ou oblíquos, quando se empregam como qualquer outro daqueles referenciados, conforme o quadro seguinte:

Quadro 4 - Pronomes pessoais

Nº.	Pessoa	Pronomes pessoais rectos	Pronomes pessoais oblíquos			
			Oblíquos átonos		Oblíquos tónicos	
			Compl. directo	Compl. indirecto		Compl. circunstancial
				Sem preposição	com preposição	
			Clíticos			
Sing.	1. ^a	eu	me	me	mim	-migo
	2. ^a	tu	te	te	ti	-tigo
	3. ^a	ele, ela	se, o, a	lhe	si, ele, ela	ele, ela
Plur.	1. ^a	nós	nos	nos	nós	-nosco
	2. ^a	vós	vos	vos	vós	-vosco
	3. ^a	eles, elas	se, os, as	lhes	si, eles, elas	eles, elas

Fonte: autor

Enquadram-se no âmbito deste trabalho, particularmente, os clíticos, isto é, os pronomes pessoais oblíquos átonos.

➤ **Seleção e colocação dos pronomes**

Os pronomes pessoais de complemento oblíquos átonos, como o quadro anterior demonstra, servem de complemento directo (CD) e complemento indirecto (CI). São, pois, substitutos possíveis de um nome ou frase com essa função, evitando a necessidade de os repetir, como nos exemplos seguintes:

- a. A Rita contou *uma história*. Contou-*a* à irmã.

CD

CD

- b. O pai deixou-*me* no estádio de futebol.

C.D

- c. A Edna deu um livro à *Delma*. Deu-*lhe* no seu aniversário.

CI

CI

- d. Desconheço *que sejas casada*. Desconheço-*o*.

CD

CD

- e. Por que não conseguem obedecer *a ordens*? Por que não conseguem obedecer-*lhes*?

CI

CI

Nas alíneas *a)* e *d)*, os pronomes pessoais oblíquos átonos *A* (em *a)* e *O* (em *d)* funcionam como CD dos respectivos referentes (*uma história* e *que sejas casada*, na última),

porque respondem à pergunta O QUÊ?, feita aos respectivos verbos (*contou* e *desconheço*). Nesses casos, os verbos são complementados por objectos inanimados, no primeiro caso representado por uma palavra e, no segundo, por uma oração completa. Em *b*, já ocorre com um animado, daí a sua adaptação à pergunta QUEM?, razão por que *ME* (em *b*) funciona também como CD.

Todavia, em *c*) e *e*), *lhe* e *lhes* já funcionam como CI, porque a pergunta adequada ao verbo (*deu* e *conseguem obedecer*) é A QUEM? e A QUÊ?

Os pronomes pessoais átonos, designados clíticos, podem aparecer nas posições: enclítica, proclítica e mesoclítica, consoante o tipo de frase ou determinadas características de palavras situadas à esquerda do verbo da oração em que a pronominalização tiver de se efectivar.

A norma do posicionamento dos pronomes oblíquos é em posição enclítica em frases declarativas ou imperativas afirmativas, como nos exemplos seguintes:

- a. Compraram-*me* duas casas na centralidade do Kilamba.
- b. Pai, deixa-*me* ir à discoteca. Pediu-*lhe* que o deixasse ir à discoteca.
- c. Os pais compram livros para os filhos. Compram-*nos* sempre na feira.
- d. Nós fizemos o exercício e demo-*lo* ao delegado.
- e. Calando-*nos*, concordamos com a proposta.
- f. Vem cantando-*a* pelo caminho todo.

Nos exemplos em *a*, *b*, *c* e *d*, os pronomes oblíquos destacados (*me*, *lhe*, *nos* e *lo*) posicionam-se à direita dos verbos porque as frases são declarativas afirmativas e, na primeira frase de *b*, imperativa afirmativa. Assim, a posição do pronome é enclítica. Nesta posição, quando o clítico for de 3ª pessoa de CD (*o*, *a*, *os*, *as*), assume a forma *lo*, *la*, *los*, *las*, se o verbo terminar em *r*, *s*, *z*, como na alínea *d*), em que a terminação seria- *s*, ou a forma *no*, *na*, *nos*, *nas*, no caso de terminar em consoante ou ditongo nasais (*m*, *n*, *ão*, *õe*), como acontece na alínea *c*.

Nos exemplos *e*) e *f*), os pronomes oblíquos (*nos*, *a*) também assumem a mesma posição (enclítica) porque as frases são declarativas mas com verbos no gerúndio (em *e*) e locução verbal com o verbo principal no gerúndio (em *f*). Nestes casos, quando sem qualquer palavra atractora de próclise, o pronome vai para depois do verbo, isto é, fica em ênclise. Todavia, em locuções verbais com o verbo principal no particípio, dá-se a ênclise ao auxiliar (*Tenho-a* cantado todo o caminho.).

O posicionamento do pronome clítico em frases declarativas em que o verbo estiver no futuro do Indicativo (futuro do presente) ou Condicional (futuro do pretérito) é a posição mesoclítica, desde que nenhuma condição em contrário a impeça (i.e., a próclise, de que falaremos na próxima secção), como nos casos seguintes:

- a. Eu lavarei os ténis. Eu lavá-*los*-ei ainda hoje.
- b. O Paulo daria o livro à Joana. Dar-*lhe*-ia o livro, se ela tivesse chegado.

Nas alíneas *a)* e *b)*, os pronomes pessoais oblíquos (*os*, *lhe*) funcionam como CD e CI dos referentes *ténis* e *Joana*. Como as frases são declarativas afirmativas, e os verbos se encontram no futuro do Indicativo (*lavarei*, em *a)*, e no Condicional (*daria*, em *b)*, os pronomes posicionam-se no meio do verbo, pois nada existe que obrigue a próclise, i.e., a sua colocação à esquerda do verbo.

De salientar que, na mesóclise com clítico de CD de 3.^a pessoa (*o*, *a*, *os*, *as*), a forma assumida (*lo*, *la*, *los*, *las*) deriva de, na tmesse do verbo (sua posição), o clítico se situar à direita de verbo terminado em *R* (infinitivo verbal), por essa razão transformado no respectivo tema, por força da assimilação daquela consoante final, o que não ocorre nos casos da mesóclise com clítico de CI (*lhe*) ou quaisquer outros diferentes dos de CD de 3.^a pessoa.

A próclise consiste na colocação do pronome clítico à esquerda do verbo. Isto deve acontecer em frases negativas, interrogativas ou exclamativas:

- a. O João não *me* convidou, nem *vos* convidou. Ninguém *nos* convidou.
- b. Não *te* explicarei as orientações.
- c. Como *te* chamas?
- d. Oxalá *te* redimas dos teus erros!

Em *a)* e *b)*, os pronomes oblíquos (*me*, *vos*, *nos*, *te*) posicionam-se à esquerda dos verbos porque as frases são negativas, ou seja, nas frases figuram palavras (*não*, *nem*, *ninguém*) que, situadas entre o início da oração e o verbo, atraem o pronome para esta posição; em *c)*, a frase é interrogativa introduzida por palavra interrogativa (COMO). O mesmo acontece em frases introduzidas por palavras exclamativas, como em *d)* (*oxalá*).

Mas não é apenas a presença de palavras negativas, interrogativas ou exclamativas entre o início da oração e o verbo que forçam a pronominalização proclítica. Outras classes

de palavras que também atraem o clítico para essa posição são as possíveis de generalizar a partir dos exemplos seguintes:

- a. Quero que *me* digas a verdade.
- b. Já *me* esqueci disso. E você também *se* esqueceu.
- c. Estão a chamar-nos. Têm algo para *nos* lembrarmos deles²⁷.
- d. Todos *lhe* desejaram boa viagem, mas algo *se* passava com ele.
- e. Em *se* tratando desta doença, não se deve facilitar.
- f. Razoável *lhe* parecia a solução.
- g. Não só a Maria *o* insultou como também o Pedro *lhe* bateu.

Podemos verificar, em *a)*, que a conjunção integrante (*que*) obrigou a próclise do pronome. Logo, após conjunções ou locuções subordinativas (causais, temporais, finais, comparativas, consecutivas, concessivas, integrantes), dá-se a próclise.

Em *b)*, notamos que a próclise se efectiva por conta dos advérbios de afirmação (*já*) e de inclusão (*também*); assim, com advérbios como *já*, *logo*, *ainda*, *bem*, *mal*, *só*, *sempre*, *também*, *talvez*, *depressa*, *apenas*...dá-se a próclise do pronome oblíquo.

Em *c)*, verificamos que a preposição *para* obrigou a próclise do pronome (*nos*); portanto, após preposições (*até*, *de*, *em*, *para*, *por*, *sem*...), excepto a preposição *a* (*Estão a chamar-nos*), o pronome fica em posição proclítica.

Em *e*, verificamos que a preposição (*em*), precedendo o gerúndio, obriga a colocação do pronome em próclise. O mesmo ocorreria se antes houvesse um advérbio de negação (*Não nos dizendo nada*, ele fica mais comprometido.).

Em *d)*, os pronomes indefinidos *todos* e *algo* obrigam a próclise do pronome (*lhe*, *se*); então, com pronomes indefinidos (*todo/a* (s), *tudo*, *nada*, *algum/a*, *alguns*, *algumas*, *alguém*, *algo*, *ninguém*, *muitos*, *poucos*...), o pronome localiza-se em posição de próclise.

Em *f)*, a próclise do pronome (*lhe*) ocorre da inversão do sistema canónico dos constituintes frásicos (sujeito, verbo e objecto); em ordem directa, dar-se-ia a ênclise (*A solução parecia-lhe razoável*).

Em *g)*, a locução conjuncional coordenativa copulativa obriga a próclise dos pronomes (*o*, *lhe*). A próclise também ocorre com locuções conjuncionais coordenativas copulativas (*não só...mas também*...) ou disjuntivas com polaridade negativa (*ou...ou...*, *quer...quer...*, *nem...nem*...): *Nem a Maria o insultou, nem o Pedro lhe bateu*²⁸.

O quadro sinóptico seguinte apresenta as regras de colocação do pronome átono em posição proclítica:

Quadro 5 – Determinantes da posição proclítica

Atractores do clítico para a próclise
1. Palavras situadas entre o início e o verbo da oração em que ocorrerá a pronominalização: a. Palavra negativa b. Palavra interrogativa c. Palavra exclamativa d. Conjunção subordinativa e. Advérbios f. Preposições (excepto A) g. Pronomes indefinidos h. Ordem inversa dos constituintes frásicos

Fonte: autor

Mingas (2000: 71), abordando esta temática, salientou que a tendência para a manutenção invariável dos clíticos na posição proclítica (pré-verbal) é frequente na variante angolana, não importando os tipos de frases, contrastando com a norma portuguesa, na qual estes pronomes assumem as três posições referidas.

2.3. Solecismos de Regência: Nominal e Verbal

A sintaxe da regência ocupa-se das relações de dependência que as palavras mantêm na frase, podendo, por isso, ser nominal ou verbal.

Mais concretamente, é, segundo Miguel (2007: 168), “a articulação do verbo ou do nome com os seus complementos, mediada, às vezes, por uma preposição que, quando omitida ou trocada, altera o sentido da frase.” Nesta operação, há um termo regente (requerente ou antecedente) e outro, regido (requerido ou conseqüente) directo ou indirectamente ligado ao primeiro. Na regência directa, essas palavras seguem-se uma à outra, sem nada entre elas e, na regência indirecta, articulam-se através de um operador de regência ou partícula de ligação, isto é, uma preposição.

➤ Regência

Regência refere-se à relação entre a palavra e seus dependentes. Quando o termo regente é um nome (substantivo, adjectivo ou advérbio), ocorre a regência nominal. Quando o termo regente é um verbo, ocorre a regência verbal. Na regência verbal, o termo regido pode ser ou não preposicionado. Na regência nominal, ele é obrigatoriamente preposicionado. Os termos, quando exigem a presença de outro chamam-se regentes ou subordinantes; os que completam a significação dos anteriores chamam-se regidos ou subordinados.

➤ Regência Nominal

A regência nominal estuda a relação sintáctica que se dá entre um nome e os respectivos termos regidos por esse nome.

Na língua portuguesa, alguns nomes (substantivos, adjectivos) exigem um complemento precedido por uma preposição, para enriquecer o seu sentido e a semântica da oração em questão. Este complemento regido pela preposição é designado complemento nominal, e a preposição é definida pela regência nominal.

O complemento nominal pode ser representado por: substantivo, pronome, palavra ou expressão substantivada como, por exemplo:

- a. Não tenho *sentimentos por ninguém*. (nome + preposição + pronome indefinido)
- b. *Os números de assistências* não são os mesmos. (nome + preposição + nome)
- c. Tive um acidente mas não sofri *nada de grave*. (pronome indefinido + preposição + adjectivo)

Em *a)* e *b)*, os nomes *sentimentos* e *números* exigem um complemento nominal (*ninguém*, *assistências*), um pronome, em *a)*, e outro nome, em *b)*, regidos por preposições (*por*, *de*), de forma a enriquecer a semântica das orações. Em *c)*, o pronome indefinido (*nada*) é regente de um adjectivo (*grave*), ligado a ele pela preposição *de*.

Assim, a regência nominal é sempre indirecta, pois exige sempre um complemento precedido de uma preposição. Algumas expressões podem admitir mais do que uma preposição como regente.

- a. Já estamos acostumados ao trânsito duro a esta hora.
- b. A população está acostumada com o trânsito de Luanda.

➤ Verbal

As palavras devem estabelecer relações de interdependência entre si. Portanto, o verbo, como centro das orações, não escapa a esta regra de sintaxe, devendo concordar com os seus complementos por meio de uma preposição para os articular, ou não. Assim, a forma especial de um verbo se ligar pelo significado ao termo requerido denomina-se regência verbal, como nos casos seguintes:

- a. Aprecio compositores.
- b. Bebo água mineral.

- c. Agradava ao compositor.
- d. Devemos agradecer ao pai pelo esforço de nos ter criado.
- e. Ofereci um perfume à Leonor.
- f. Comprei um carro para a mãe.
- g. Já fui ao supermercado Nosso Super.
- h. O Paulo lia com frequência nas aulas.

Em *a)* e *b)*, verificamos que os verbos (*aprecio, bebo*) são transitivos directos, razão de não haver qualquer preposição a ligar aos verbos os seus respectivos complementos directos (*compositores, água mineral*). Os verbos transitivos directos exigem uma regência directa, complementos directos a eles regidos sem preposição intermediária.

Em *c)* e *d)*, os verbos (*agradava, agradecer*) são transitivos indirectos, facto depreendido de os complementos indirectos (*ao compositor, ao pai*) se ligarem aos respectivos verbos pela preposição (*a*), contraída com o artigo masculino(*o*). Os verbos transitivos indirectos requerem uma regência indirecta, um complemento indirecto a eles regidos por intermédio de uma preposição.

Em *e)* e *f)*, os verbos são bitransitivos, pois existem nas frases ambos os complementos. Os verbos bitransitivos são regidos directa e indirectamente²⁹, por isso, exigem os dois complementos.

Há verbos intransitivos (de significação completa, i.e., sem CD/CI) que surgem ligados à regência indirecta; é o caso dos verbos de movimento, como em *g* e *h*, quando regidos por preposições a complementos circunstanciais, neste caso *supermercado* (complemento circunstancial de lugar) e *com frequência* (complemento circunstancial de modo).

Portanto, a regência verbal pode processar-se:

- Sem preposição (no caso genérico dos verbos transitivos directos. i.e., com complemento directo);
- Com preposição (no caso de verbos transitivos indirectos ou locativos, i.e., com complemento indirecto ou circunstancial).

As contracções também são fenómenos de regência indirecta, pois são determinadas pela selecção das preposições pelos verbos, apesar de numa ordem inversa³⁰, como acontece com os pronomes relativos preposicionados seguintes:

- a. É este o problema *ao qual* me refiro sem vergonha.
- b. O projecto *pelo qual* luto passa pela universidade.

c. A matéria *da qual* falámos estende-se até aqui.

Nestas frases, o relativo *o/a qual* contrai-se com as preposições *a*, (em *a*), *por*, (em *b*), e *de* (em *c*), resultando em *ao qual*, *pelo qual* e *da qual*.

O seguinte quadro sintetiza a regência verbal:

Quadro 6 – Regência verbal

Regência Verbal	Directa	• Verbo + complemento directo: O Paulo terminou o trabalho.
	Indirecta	• Verbo + preposição + complemento indirecto: O sapato serve ao cliente. • Verbo + preposição + complemento circunstancial: Fui internado no Hospital Militar.

Fonte: autor

As regências verbais são, portanto, exigidas pelos verbos transitivos directos (de regência directa), transitivos indirectos e intransitivos de movimento (de regência indirecta). Alguns verbos são simultaneamente transitivos directos e indirectos, quando usados em diferentes contextos mas, ao admitirem-nos, mudam o seu significado, conforme se trate dum ou doutro tipo de regência, como nos casos seguintes:

- a. O Gilberto assistiu o colega para um golo de belo efeito.
- b. Eles assistiram ao filme no Belas Shopping.
- c. Temos de servir o cliente.
- d. O carro não serve para o cliente.

Nas frases, os verbos (*assistir* e *servir*) mudam de significado quando mudam de regência. Em *a*, o verbo *assistir*, regido directamente ao termo *o colega*, adquire a semântica de apoiar ou auxiliar; no entanto, em *b*), o mesmo verbo é regido indirectamente ao termo *ao filme*, significando ver, observar.

Em *c*), o verbo *servir* é regido directamente ao termo *o cliente*, e significa *estar ao serviço de*, *estar às ordens de*; mas, em *d*), é regido indirectamente, significando *ajustar-se*.

No entanto, há casos em que os verbos mudam de regência mas não implicam mudança de significado, como nos casos seguintes:

- a. Amo a minha mãe.
- b. Amo a Deus.
- c. Informei-lhe tudo.

- d. Informei-o de tudo.
- e. O Paulo esqueceu a sua pasta.
- f. O Paulo esqueceu-se da pasta.

Nas frases anteriores, os verbos apesar de mudarem de regência (directa ou indirecta) não mudam de significado. Em *a)* e *b)*, o verbo *amar* que significa gostar é regido directa, sem uma preposição intermédia, e indirectamente, com a preposição *a*; em *c)* e *d)*, *informar* significa dar informação a alguém, reportar é bi-regencial e, em *e)* e *f)*, *esquecer* (-se) significa não se lembrar é regido por directamente e indirectamente pela preposição *de*. Portanto, alguns verbos não mudam de regência, apesar de mudarem de contexto.

CAPÍTULO III – MÉTODOS E MATERIAIS

Nos capítulos anteriores do nosso trabalho, optamos por uma investigação documental voltada à percepção do ensino do português, em Angola, bem como dos desvios à norma padrão. Os resultados desta pesquisa possibilitaram-nos descrever o problema dos Solecismos em contexto multilingue, que é o caso de Angola e propor estratégias que ajudarão os professores de Língua Portuguesa desenvolverem as competências linguística e comunicativa dos seus alunos.

Neste capítulo, vamos usar a metodologia da pesquisa-acção para solidificar as discussões envolvidas na inserção do ensino de textos dramáticos no I ciclo do ensino secundário, tal como fez Marega (2015:171).

Este método de pesquisa social consiste em descrever situações concretas e orientar a resolução de problemas detectados em colectividades com base empírica. Prevê uma acção planificada e pressupõe a interacção entre o pesquisador/professor e sujeitos/alunos da situação investigada; trata-se de uma forma de experimentação em situação real, na qual o pesquisador/professor intervém conscientemente, de forma a se constituir pesquisador participante. (Marega, 2015: 172)

A escolha desse método de investigação, neste capítulo, justifica-se pelo facto de se querer conhecer a dinâmica do ensino e da aprendizagem do funcionamento da Língua Portuguesa, em Angola, considerando-se as questões levantadas anteriormente (*Que língua Portuguesa se ensina hoje em Angola?* e *Por que é que os estudantes cometem Solecismos se aprendem a norma-padrão?*).

Embasados teoricamente quanto ao método a ser utilizado nesta pesquisa, procedemos, a seguir, à apresentação dos sujeitos participantes, tendo em vista as considerações descritas.

3.1. Descrição da População-Alvo

O trabalho tem como população-alvo os estudantes do Instituto Superior Alvorecer da Juventude, município de Belas, Distrito Urbano do Nova Vida. A opção por essa população deve-se ao facto de sermos professores nesta instituição e ser lá onde identificamos o fenómeno e que boa parte dos estudantes desta instituição são, e maioritariamente plurilingue.

Concernente a população acessível, embora existam várias escolas no Distrito Urbano do Nova Vida, escolhemos os estudantes do ISPAJ porque trabalhamos como professor de Língua Portuguesa nessa instituição desde 2020 e temos observado que esses alunos têm dificuldades de expressar ideias (orais e escritas), não cumprindo com os pressupostos desse nível em que um dos objectivos é a demonstração do desenvolvimento da competência comunicativa.

Nesta instituição, utilizamos como amostra da nossa pesquisa a turma A, do 1º ano de 2022, do curso de Fisioterapia, cujo critério de selecção decorreu da observação da falta de expressividade oral nas aulas de Técnica de Expressão Oral e Escrita, nas produções escritas, na assimilação dos conteúdos apreendidos e na desmotivação dos alunos em aprenderem quase sempre os mesmos tipos de textos neste ciclo (Narrativo, Lírico, Injuntivo, Informativo).

A organização estrutural do ISPAJ obedece o estabelecido no Decreto Presidencial nº 301/20 de 7 de Dezembro. Nesta conformidade, o ISPAJ assenta a sua organização interna na óptica de adequação, nos termos do Art. 89º do Decreto Presidencial nº 301/20 de 7 de Dezembro, compreendendo:

- **Órgãos Executivos de Gestão**

1 - Presidente, que, exercendo as competências fixadas nos estatutos, coordenará a actividade do Instituto e estabelecerá a ligação gerencial com a Entidade Promotora e o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

2 - Vice-Presidente para as áreas Científica e Académica, responsáveis pela coordenação e orientação geral das actividades da área de própria competência.

3 - Director Geral para Administração e Finanças, com equiparação à Vice-Presidente, que coordena a Área Administrativa e Financeira, estabelecendo a ligação directa com a Entidade Promotora nessa matéria.

4 - Directores das Unidades Orgânicas de carácter Científico e Pedagógico, denominados DEI (Departamentos de Ensino e Investigação Científica), com a devida

autonomia e responsáveis pela coordenação e orientação das actividades da área de própria competência.

- **Órgãos colegiais de gestão e consulta:**

1 - Conselho de Direcção.

2 - Conselho Científico.

3 - Conselho Pedagógico.

3.2. Contextualização do ISPAJ

Segundo Casteleiro, para caracterizarmos um público de aprendentes de uma língua segunda ou língua estrangeira, devemos ter em conta a ocupação do aprendente, o contexto de ensino-aprendizagem, as necessidades e os objectivos comunicativos dos mesmos. Por isso, a amostra deste trabalho é constituída por 90 alunos do 1º ano do Curso de Fisioterapia, do ano académico 2022 do ISPAJ, submetidos a um inquérito constituído por um questionário escrito de perguntas abertas e fechadas, subdividido em informações relativas aos seus contextos sociais e pedagógicos. Procurámos com o mesmo comprovar (ou não) a hipótese levantada de que estes contextos são, na realidade, os factores da existência de solecismos para os estudantes desta instituição de ensino.

Para o seu funcionamento regular o ISPAJ dispõe do seguinte pessoal docente e não docente:

- 266 Docentes, dos quais:
- 82 Professores em cargo no Departamento de Ciências e Saúde.
- 78 Professores em cargo no Departamento de Engenharia
- 106 Professores em cargo no Departamento de Ciências Sociais e Económicas.
- 85 Funcionários com qualificação de não docentes

3.3. Justificação dos Instrumentos Usados

Escolhemos trabalhar com os estudantes do Instituto Superior Alvorecer da Juventude, Curso de Fisioterapia, por causa da sua origem heterogeneidade, isto é, temos incidências de diferentes grupos etnolinguísticos e estrangeiros. Estes falantes falam outras línguas além do português. A maior parte dos nossos informantes têm contacto com as

línguas nacionais, usando-as, por vezes, para comunicar, sendo a Lingala e o Kikongo, além do Kimbundu, as línguas mais faladas, pelo facto de a comunidade em que a instituição se localiza ser maioritariamente do grupo étnico Bakongo.

As línguas faladas pelos pais dos informantes, de acordo com o anexo n.º 3, para além do português que para alguns é língua materna, constatámos que também falam uma ou duas línguas nacionais e, por vezes, algumas variantes dessas línguas. Podemos concluir que os pais dos nossos informantes, assim como muitos angolanos, têm uma situação linguística plurilingue, na qual o português convive com as outras línguas nacionais, maioritariamente, no caso concreto dos pais dos alunos do colégio, com kimbundu, kikongo e lingala.

No quotidiano, em casa e com os amigos, grande parte respondeu (de acordo com o anexo nº 5) que fala o kikongo e o lingala, principalmente com os pais.

As línguas kikongo e lingala para comunicar em casa ou com os amigos. Na escola, também as usam timidamente durante o período dos intervalos. Apenas uma minoria tem conhecimentos da língua Umbundu mas não a usa como meio de comunicação fora de casa. Questionados sobre o local onde aprenderam a falar português, a resposta correspondeu a 100% de ter sido em casa. Podemos afirmar que os estudantes adquirem estas interferências em casa e as transportam para a escola.

3.4. Sondagem sobre o Ensino da LP em Angola

A disciplina de Língua Portuguesa, a maioria considera-a complexa, conforme a tabela 8 (baseada no anexo 8):

Tabela 1 - Opiniões sobre a complexidade da LP

	Fácil	Complexa	Difícil	Não responderam	Total
C.F.B	8%	30%	8%	10%	56%
C.J.E	10%	30%	4%		44%
Total	18%	60%	12%	10%	100%

Mas, apesar disso, o seu desempenho na mesma, conforme a tabela 7 (baseada no anexo 7) é, na sua opinião, razoável:

Tabela 2 – Desempenho em LP

	Bom	Razoável	Normal	Mau	Não responderam	Total
	15%	15%	10%	6%	3%	49%
C.E.J	10%	11%	30%			51%
Total	25%	26%	40%	6%	3%	100%

Uma das razões possíveis para esta razoabilidade poderia ser o não terem tido aulas da disciplina em classes anteriores, mas, de acordo com a tabela (com base no anexo n.º 9), isto não se comprovou:

Tabela 3 – Classes sem aulas de LP

	Sim	Não	Não responderam	Total
C.F.B	10%	40%	2%	52%
C.E.J	8%	39%	1%	48%
Total	18%	79%	3%	100%

Podemos considerar, pela tabela anterior, que não tem sido a falta de aulas de LP nalgumas classes a influenciar o actual desempenho dos estudantes.

Na verdade, a totalidade dos estudantes considerou indispensável estudar português, o que encontra algum respaldo nas informações que prestaram quando inquiridos sobre os meios didácticos que usam para o fazer (de acordo com o anexo 10).

Tabela 4 – Meios de aprendizagem da L.P

	Manual do aluno	Gramática	Dicionário	L. de Literatura	Outros (filmes e internet)	Não responderam	Total
C.F.B	10%	5%	14%	10%	15%	5%	59%
C.E.J	10%	5%	12%	4%	2%	8%	41%
Total	20%	10%	26%	14%	17%	13%	100%

A tabela mostra que há alguma relatividade naquela opinião sobre a importância do estudo da LP, pois a tabela apresenta apenas 20% dos estudantes a utilizarem o manual, apenas 26% a consultar dicionários e apenas 10% a consultarem gramáticas. Na verdade,

apesar de serem orientados para usá-los, poucos conseguem adquirir esses materiais, porque não são disponibilizados pela escola, nem está a sua aquisição ao alcance de todos.

➤ Factores de Influência dos Solecismos

Relativamente aos factores que influenciam muitos dos desvios de português, os informantes tiveram as seguintes opiniões, extraídas do anexo 11:

Tabela 6 – Influências nos desvios de português

	Influência do meio social	Má preparação dos professores	L. Nac.	Nível de escolaridade	Má aprendizagem da L.P	Desinteresse e/ou preguiça	Hábito de leitura	Redes sociais	Total
C.F.B	10%	10%	5%	8%	10%	5%	4%	5%	57%
C.E.J	7%	12%	2%	3%	4%	6%	5%	4%	43%
Total	17%	22%	7%	11%	14%	11%	9%	9%	100%

Relativamente aos factores que influenciam muitos desvios do português, a tabela acima permitiu-nos chegar às seguintes conclusões:

- Influência do meio onde vivem e desinteresse pela literatura em português;
- Aprendizagem do português na rua, juntamente com o calão;
- Má preparação dos professores que leccionam a disciplina de Português;
- Influências das línguas nacionais;
- Pouco nível de escolaridade das pessoas em seu redor;
- Má aprendizagem da Língua Portuguesa nas classes de base;
- Forma e meios de aprendizagem;
- Desinteresse ou preguiça em estudar Língua Portuguesa;
- Falta de hábitos de leitura;
- Má influência das redes sociais.

3.5. Apresentação dos Resultados

Analisaremos agora exercícios de produção escrita e provas os estudantes do Instituto Superior Alvorecer da Juventude, de Ciências da Saúde, cursos de Fisioterapia e Análises Clínicas. Durante a análise desses exercícios essas designações serão abreviadas por C.S.A.C e C.S.F.

● Casos de inconcordância

Começamos por apresentar os solecismos determinados por falta de concordância, primeiro nominal e, depois, verbal.

A concordância nominal consiste na harmonia do adjetivo com o substantivo a que se refere, em género e em número; já a verbal consiste em fazer concordar o verbo com o sujeito, em número e pessoa. Quando as relações entre palavras não correspondem ao prescrito, estaremos perante casos de inconcordância dum ou doutro tipo.

● Inconcordâncias nominais

Começamos pelas inconcordâncias nominais, portanto, entre substantivo e adjetivo (s) atributivo (s) ou predicativo.

● Casos com adjetivo atributivo

O adjetivo atributivo, quando qualifica um nome, deve concordar com ele em género e em número, dependendo, por vezes, da sua posição, se à direita ou à esquerda do nome. A amostra dos estudantes (em anexo nº3) é a seguinte:

- a. *Encontram homens importante, disponível ou disposto.* (C.S.F, JM2)
- b. *Ir as festas, consumir bebidas alcoólica proibiriam isso.* (C.S.A.C. JF2)
- c. *Hoje vemos a taxa de alcoolismos muito elevado.* (C.S.A.C. JM3)
- d. *Conduz a sociedade em deficiências mental.* (C.S.F, 12ª, JM3)
- e. *Tenho um lápis e uma caneta pretas.* (C.S.F, JF3)

Em *a*, verificamos uma inconcordância entre o nome e os adjektivos pospostos visto que estes (*importante, disponível e disposto*) estão no singular, mas o nome (*homens*)

encontra-se no plural. Tratando-se apenas de um substantivo, os adjectivos devem concordar com ele em género e número. O correcto seria:

- a. Encontram homens importantes, disponíveis ou dispostos.

Em *b*, ocorre algo semelhante, pois o adjectivo posposto (*alcoólica*) não concorda com o nome que qualifica (*bebidas*), estando o nome no plural, mas o adjectivo no singular. Portanto, o adjectivo ficaria no plural:

- b. Ir às festas, consumir bebidas alcoólicas, proibiriam isso.

Em *c*, o adjectivo posposto (*elevado*) ao nome (*taxa de alcoolismo*) não concorda com ele em género. O adjectivo deve concordar com o nome (*taxa*) em género e número, o correcto seria:

- c. Hoje vemos a taxa de alcoolismo muito elevada.

Em *d*, o adjectivo atributivo (*mental*) não concorda com o nome a que se refere (*deficiências*⁴⁰), estando o nome no plural e o adjectivo no singular. Como já dito, os adjectivos devem concordar em género e em número com o nome que qualificam:

- d. Conduz a sociedade a deficiências mentais.

Em *e*, o adjectivo (*pretas*) refere-se aos dois nomes (*lápiz e caneta*) mas verificamos que o adjectivo se encontra no feminino e no plural. Todavia, segundo a norma, o adjectivo atributo, quando à direita do nome, deve ficar no plural do género predominante, masculino, a não ser que a característica *preta* apenas se referisse ao nome mais próximo (*caneta*); pode-se dizer que o autor optou pela concordância mental em detrimento da literal, segundo afirma Lapa; neste caso, o correcto seria:

- e. Tenho um lápis e uma caneta pretos./Tenho um lápis e uma caneta preta.

Da análise destas amostras, verificámos que os nossos informantes usam, normalmente, o adjectivo em posição posposta devido ao desconhecimento da anteposta.

● Casos com adjetivo predicativo

O adjetivo predicativo é assim designado quando integra a função prediativa, qualificando o sujeito. Deve estabelecer uma relação de concordância em género e número com o nome que qualifica. Nas frases abaixo, analisaremos inconcordâncias deste tipo:

- a. *Os homens procuram ser respeitado.* (C.S.F)
- b. *O cão e a cadela estão satisfeito.* (C.S.F.)
- c. *Estão satisfeito o Paulo e a Rosa.* (C.S.F, JT2)
- d. *As cabina é igual.* (C.S.F)

● Casos de oposição em número

O verbo deve concordar, em pessoa e número, com o sujeito a que se refere. Assim, quando não há esta concordância entre o verbo e o nome com função de sujeito, diz-se que há oposição em número entre o verbo e o sujeito. Nas frases abaixo, analisaremos os casos de oposição em número entre o sujeito e o verbo.

- a. *As histórias também joga a bola?* (C.S.F, INF3)
- b. *Os desgostos de as mulheres não encontrar homem interessante.* (C.S.F., JT3)
- c. *Até estudante quando saem da escola não tirão primeiro o uniforme, começa logo a beber.* (C.S.F, FA1)
- d. *...as pessoa fala com pessoas de vários lugares e nacionalidades diferentes.*(C.S.F, JT2)
- e. *Estarei a espera da próxima oportunidade de voltar a nos ver* (C.S.F, classe).

Em *a*, verificamos que o verbo está conjugado no singular (*joga*) e predica um nome no plural (*histórias*), o que constitui uma oposição em número. O verbo deve concordar em número e pessoa com o sujeito a que se refere:

- a. *As histórias também jogam à bola?*

Em *b*, o sujeito (*as mulheres*) figura no plural com o verbo (*encontrar*) no singular. Este, no infinitivo pessoal, deve concordar em número com o sujeito a que se refere, afectando a estrutura *homem interessante*. As duas possibilidades seriam:

- b. *Os desgostos de as mulheres não encontrarem homens interessantes./ O desgosto de a mulher não encontrar homem interessante.*

Em *c*), poderia optar-se também pelo uso do plural, no qual o sujeito (*estudante*) da primeira oração, estando subentendido nas outras orações, influencia os verbos das outras orações. Neste contexto, segundo explica Lapa, o locutor pretendia chamar a atenção para o conjunto, por isso, é mais lógica a construção com o singular.

- c. Até o estudante, quando sai da escola, não tira primeiro o uniforme, começa logo a beber./ Até os estudantes, quando saem da escola, não tiram primeiro os uniformes, começam logo a beber.

Em *d*), notamos que o verbo (*fala*) não concorda com o sujeito (as pessoas), um nome no plural (*as pessoas*), e a concordância do nome com o determinante também não está feita. O correcto seria:

- d. ...as pessoas falam com pessoas de vários lugares e nacionalidades diferentes.

Em *e*), verificamos que o requerente, *oportunidade*, está ligado a *voltar* pela preposição *de*, que força o infinitivo pessoal daquela forma verbal, portanto, concordante com a reciprocidade patente na última oração (1ª pessoa do plural). O correcto seria:

- a. Estarei à espera da próxima oportunidade de voltarmos a ver-nos⁴⁴.

● Casos com sujeitos colectivos

Nesta parte, vamos analisar os desvios na concordância entre o verbo e nomes que indicam colectivos de seres. Com nomes colectivos, o verbo deve figurar no singular, na 3ª pessoa.

- a. *A gente somos de Angola.* (C.S.F, JT2)
b. *A gente ficamos quente.* (C.S.F, JT2)
c. *A gente vamos ver quem que adianta ter razão.* (C.S.F, JT3)
d. *A malta vivemos aqui.* (C.S.F, JT3)
e. *Muita gente já perderam a cabeça, vida por causa do álcool.* (C.S.F, JT2)
f. *Muita gente já viram.* (C.S.F, INF3)

Em *a*, *b*, *c*, *d*, as palavras *gente* e *malta*, apesar de se referirem à 1.ª pessoa do plural (*nós*), encontram-se no singular, pelo que forçam os respectivos verbos a concordarem com a 3ª pessoa do singular. O mesmo acontece com *muita gente* (em *e* e *f*), porque, segundo Miguel (2013: 124), a locução pronominal *a gente* (tal como *malta*) remete para grupos de entidades semanticamente não especificadas e não se refere a um grupo de indivíduos específicos.

- a. A gente é de Angola.
- b. A gente ficou quente.
- c. A gente vai ver quem tem razão.
- d. A malta vive aqui.
- e. Muita gente já perdeu a cabeça e a vida por causa do álcool.
- f. Muita gente já viu.

● Casos com expressões partitivas

As expressões partitivas remetem-nos a nomes colectivos, não a grupos de indivíduos específicos. São expressões partitivas as seguintes: A MINORIA, GRANDE PARTE DE, UMA PORÇÃO DE, O RESTANTE DE.... Com expressões partitivas, o verbo pode ficar na 3ª pessoa do singular, por lógica ou ir para o plural, por atracção do determinativo plural.

- a. *A maioria dos jovens estão cada vez mais ligado a vagabundagem.* (C.S.F, JT2)
- b. *A maior parte não se relacionam com mulheres com o objectivo de se casar.*
(C.S.F, FA1)

Em *a*, o plural do verbo (*estão*) não encontra concordância no predicativo (*ligado*) e, em *b*, o partitivo (*a maior parte*) não admite o verbo no plural (*relacionam*), porque a expressão partitiva em *b*) não é acompanhada de determinante (ou nome como em *a*); por isso, em *a*, tanto o singular (por lógica de concordância com o partitivo) como o plural (por atracção do determinativo) são lícitos, mas, em *b*, apenas o singular o é. Ou seja, quando o sujeito é expresso por um partitivo, acompanhado de determinativo, admite-se a construção segundo o sentido ou segundo a regra, podendo ser correcta a concordância de género com o determinativo, (*dos jovens*, em *a*) ou com o sujeito, colectivo partitivo, *a maioria*. O correcto seria:

- a. A maioria dos jovens está cada vez mais ligada a vagabundagem. (lógica)
A maioria dos jovens estão cada vez mais ligados a vagabundagem. (atracção)
- b. A maior parte não se relaciona com mulheres com o objectivo de se casar.

● Casos com sujeito QUE ou QUEM

Com os pronomes relativos QUE e QUEM com a função de sujeito, o verbo deve concordar com o antecedente do 1º ou ficar invariavelmente na 3ª pessoa do singular, com QUEM (quando pronome relativo).

- a. *Fomos nós que avisou ao João.* (C.S.F, MJL)
- b. *Não fui eu quem comi.* (C.S.F, AFR)
- c. *Fui eu quem comi.* (C.S.A.C, LDF)

Na frase *a*, temos uma inconcordância de número, pois verificamos que o verbo (*avisou*, na 3ª pessoa do singular) não concorda com o antecedente do pronome relativo QUE (NÓS). O verbo deve concordar com o antecedente do pronome relativo QUE, portanto, na 1ª pessoa do plural:

- a. *Fomos nós que avisámos o João.*

Em *a*, podia recorrer-se também ao uso do pronome relativo “QUEM” visto que, na frase, figura um verbo da 3ª pessoa do singular. Segundo a norma, o relativo QUEM força a 3ª pessoa do singular do verbo, diferentemente do que acontece em *b* e *c*, em que os verbos estão na 1ª pessoa do singular:

- a. *Fomos nós quem avisou o João.*
- b. *Não fui eu quem comeu.* (ou: *Não fui eu que comi.*)
- c. *Fui eu quem comeu.* (ou: *Fui eu que comi.*)

● Casos de oposição nas formas de tratamento

O tratamento formal corresponde a *senhor*, *você* e o tratamento informal corresponde a *tu*. Se o tratamento for informal, todas as formas verbais e pronominais referentes ao interlocutor devem figurar na 2ª pessoa do singular; se for formal, todas as formas verbais e pronominais referentes ao interlocutor devem figurar na 3ª pessoa, o que não acontece nos seguintes exemplos do *corpus*:

- a. *Você amas, te iludem/Você iludes, te amam.* (C.S.F, JT3)
- b. *Você pediste um lápis.* (C.S.F, JT3)
- c. *Senhor Paulo, não diz que se enganou.* (C.S.F, INF3)
- d. *Doutor, me desculpa.* (C.S.F, JT3)

- e. *Diga que não te enganaste.* (C.S.F, JT2)
- f. *Não diz que se enganou.* (C.S.F, JT2)
- g. *Não é você que viste.* (C.S.F, JT3)
- h. *Ouço meninas a dizer que você no estudas.* (C.S.F, JT3)

Em *a*, *b* e *h*, notamos que há incoerências nas formas de tratamento devido à falta de concordância entre o verbo e o pronome de tratamento formal, marcado pelo uso do pronome de sujeito *você* com os verbos e os pronomes de complemento de 2ª pessoa. Portanto, quando o tratamento for formal, todos os verbos e pronomes referentes ao interlocutor devem figurar na 3ª pessoa. O correcto seria:

- a. *Você ama, iludem-no (a). Você ilude, amam-no (a). Tu amas, iludem-te/Tu iludes, amam-te.*
- b. *Você pediu um lápis./Tu pediste um lápis.*
- c. *Ouço meninas a dizerem que você não estuda./Ouço meninas a dizerem que tu não estudas.*

Em *c* e *d*, temos presença de marcas de tratamento formal, *Senhor Paulo*, *Doutor* (vocativos), mas as formas verbais figuram na 2.ª pessoa, sem se ter tido em conta que o tratamento formal recorre a uma derivação do presente do Conjuntivo. O correcto seria:

- c. *Senhor Paulo, não diga que se enganou.*
- d. *Doutor, desculpe-me.*

Em *e*, verificamos que o sujeito subentendido da primeira oração é *você/senhor* mas, na segunda, figura um verbo correlacionado com um pronome da 2ª pessoa (*te*), não concordando com a primeira. De igual modo, em *f*, a enunciação pretende um tratamento informal negativo (*não diz*) mas, na segunda oração, figuram um pronome e um verbo de 3ª pessoa (*se, enganou*). Em *g*, notamos que, na primeira oração, há a presença de um pronome de 3ª pessoa (*você*) e, na segunda, o verbo apresenta-se na 2ª pessoa (*viste*). Como dissemos, quando se trata de tratamento formal, todas as formas verbais e pronominais referentes ao interlocutor devem figurar na 3ª pessoa e, quando se tratar do informal, na 2ª pessoa, devendo existir concordância entre os pronomes e as formas verbais que surgem no discurso. O correcto seria:

- e. *Diz que não te enganaste./ Diga que não se enganou.*
- f. *Não digas que te enganaste./Não diga que se enganou.*

g. Não foi você que viu./Não foste tu que viste.

● **Solecismos Pronominais**

Nesta parte do trabalho, vamos analisar os tipos de solecismos de colocação dos pronomes pessoais clíticos de complemento directo e indirecto de 3ª pessoa. Estes consistirão na selecção incorrecta do pronome ou na sua colocação numa posição adjacente ao verbo mas não determinada pela norma.

Nos casos a apresentar de seguida, analisaremos as três posições (ênclise, próclise, mesóclise). Em cada secção, relacionaremos a posição optada com aquela por que optar.

● **Próclise substituta da ênclise**

A ênclise consiste na colocação do pronome clítico depois do verbo, isto é, à direita, e ocorre em frases declarativas e imperativas afirmativas. Esta é a posição canónica da colocação dos pronomes clíticos, não respeitada nos casos seguintes:

- a. *Doutor, me desculpe. Não tive a intenção de ofender-lhe.* (C.S.F, E.S.D.)
- b. *As mulheres se queixam de não encontrarem homens sérios.* (C.S.F, E.S.D.)
- c. *Me dá licença.* (C.S.F, L.M.V.)
- d. *Me engana.* (C.S.F, L.M.V.)
- e. *Me disseste que enganaste-te.* (C.S.F, INF)
- f. *Me lembrei que nunca mais vi-lhe.* (C.S.F, R. N.B)

Em *a* e *b*, verificamos que o interlocutor optou pela posição proclítica dos pronomes (*me*, *se*), quando as frases são imperativas (em *a*, 1.ª) e declarativa (em *b*) e não há qualquer elemento que obrigue a próclise do pronome, pelo que se devia optar pela posição enclítica. Ainda em *a*, a ênclise do pronome (*lhe*), na segunda oração, é incorrecta visto que figuram na oração elementos que obrigam a próclise (*não*, *de*), pelo que se deve optar pela próclise do clítico *o* (em vez de *lhe*), porque as preposições (*de*), excepto *a*, obrigam a proclitização do pronome. Mas há duas possibilidades para estes casos com o verbo principal no infinitivo. O pronome pode estar depois do verbo, quando o infinitivo for precedido da preposição *de*, mas é aconselhável a anteposição do pronome ao infinitivo. O correcto seria:

- a. *Doutor, desculpe-me. Não tive a intenção de o ofender./ de ofendê-lo.*
- b. *As mulheres queixam-se de não encontrarem homens sérios.*

Em *c* e *d*, verificamos a opção pelo uso da próclise, ao invés da ênclise em frases imperativas. Neste tipo de frase, o pronome clítico deve localizar-se na posição enclítica, quando não existir nenhum elemento que obrigue a próclise. Em *d*, há a hipótese de a frase ser imperativa e não declarativa. A frase será imperativa, se, num contexto oposto, a intenção do emissor for, ironicamente, pedir ao receptor que o engane. No caso de ser declarativa, consideraremos o sujeito como subentendido (*ele*), e a intenção será indicar um aspecto factual; por outro lado, como referimos atrás, jamais se deve iniciar uma frase com um pronome clítico. O correcto seria:

c. *Dá-me licença.*

d. *Engana-me. /João, engana-me./O João engana-me.*

Em *e* e *f*, observa-se a opção pelo uso da próclise (inicial) ao invés da ênclise em frases declarativas afirmativas (em *f*, também se verifica a má selecção do clítico (*lhe*). Neste tipo de frase, o pronome clítico deve localizar-se na posição enclítica, quando não existir nenhum elemento que obrigue a próclise; aliás, referimos, jamais se deve iniciar uma frase com um pronome clítico. O correcto seria:

e. *Disseste-me que te enganaste.*

f. *Lembrei-me que nunca mais o vi.*

Podemos concluir que há uma forte tendência dos falantes para substituir a ênclise pela próclise porque desconhecem o que orienta a norma portuguesa sobre a localização dos clíticos e também pelo contacto linguístico que, como sabemos, cria hábitos opostos aos pretendidos pela norma do Português.

➤ Ênclise substituta da próclise

A próclise consiste na colocação do pronome clítico antes do verbo, isto é, à sua esquerda, e ocorre em orações negativas, exclamativas, subordinadas, com advérbios, preposições (excepto *a*) e pronomes indefinidos, com locuções verbais⁵⁰ e com o gerúndio.

a. *Não enganei-me.* (C.S.A.C., N. M. F.)

b. *Não dá-lhe o meu número.* (C.S.F, M.B.N.)

c. *Não emprestas-me o lápis.* (C.S.A.C., C. K. S.)

d. *Você não pediu-me um lápis emprestado.* (C.S.F, A. J. K.)

e. *Onde guardaste os apontamentos que emprestei-te?* (C.S.A.C.F.N.R.)

f. *Me disseste que enganaste-te.* (C.S.F,Y. S. S)

g. *Me lembrei que nunca mais vi-lhe.* (C.S.F, R. N.B.)

Em *a, b, c, d*, verificamos a opção pela ênclise, quando devia ser a próclise, pois, em frases negativas, o pronome deve figurar à esquerda do verbo. O correcto seria:

- a. Não me enganei.
- b. Não lhe dê/dês o meu número.
- c. Não me empreste/emprestes o lápis.
- d. Você não me pediu um lápis emprestado.

Em *e, f, g*, observamos a opção pela ênclise na 2.^a oração de cada caso, quando devia ser a próclise, pois, em frases subordinadas, o pronome deve figurar à esquerda do verbo. Nos casos em análise, a subordinação é, em *e*, relativa (pronome relativo QUE) e, em *f* e *g*, integrante (conjunção subordinativa QUE). O correcto seria:

- e. Onde guardaste os apontamentos que te emprestei?
- f. Disseste-me que te enganaste.
- g. Lembrei-me que nunca mais o vi.

Verificamos a existência da tendência para usar-se a ênclise em orações negativas e subordinadas com QUE, que obrigam a próclise do clítico.

➤ Casos de substituição da mesóclise

A mesóclise consiste na colocação do pronome clítico no meio do verbo. Ocorre com o futuro ou Condicional em frases declarativas afirmativas sem qualquer condição determinadora de próclise, o que não acontece nos seguintes casos do *corpus*:

- a. *Se existir outra informação, teremos-la aqui.* (C.S.F,L.M.V)
- b. *...em breve apresentarei-te.* (C.S.F, L. M. T. V.)
- c. *Tornaria-se marca mundial e clube mais rico do mundo. O que também me será útil.* (C.S.F, F.N.R.)
- d. *...levaria-te neste momento um beijo recheado de carinho e diria-te baixinho "Feliz Natal".* (C.S.F, C. K. L. M.)
- e. *Lhe entregarei as crianças para ficarem com ele.* (C.S.F, E. M. B.)
- f. *O João o compraria se estivesse barato.* (C.S.F, E. J. A.)

g. *Contaria-lhe tudo se ele pedisse-me.* (C.S.F, I. T.)

Em *a)*, *b)* e *e)*, verificamos a opção pela localização do pronome depois do verbo, em ênclise ou em próclise inicial (em *e)*, quando os verbos das frases figuram no futuro, obrigando a sua colocação no meio, i.e., a posição do pronome deve ser mesoclítica. O correcto seria:

- a. Se existir outra informação, tê-la-emos aqui.
- b. Em breve, apresentar-te-ei.
- c. Entregar-lhe-ei as crianças para ficarem com ele.

Em *c)*, *d)*, *f)* e *g)*, verificamos a opção pela localização do pronome em ênclise (em *f)*, pela próclise), quando as frases são declarativas afirmativas, e os verbos das frases figuram no condicional, obrigando a sua colocação em mesóclise, pois não há condição alguma que determine a próclise. O correcto seria:

- a. Tornar-se-ia marca mundial e o clube mais rico do mundo.
- b. ...Levar-te-ia, neste momento, um beijo recheado de carinho e dir-te-ia baixinho “Feliz Natal”.
- c. O João comprá-lo-ia, se estivesse barato.
- d. Contar-lhe-ia tudo, se ele me pedisse.

Verificamos que há uma forte tendência para os falantes usarem a ênclise em frases que exigem a mesóclise, pelo facto de a construção da tmese (partição do verbo) não ser muito comum.

➤ **Solecismos de Regência**

Esta parte do nosso trabalho será ilustrada com os solecismos de regência, nominal e verbal, tendo como material de análise as produções escritas dos alunos.

➤ **Casos incorrectos de regência nominal**

A regência nominal, feita entre nomes ou pronomes e adjectivos, é sempre indirecta, i.e., o termo requerido é ligado por uma preposição adequada ao termo regente. Todavia, isto não se verifica nas realizações abaixo:

- a. *Os livros já não cabem na prateleira, por isso, os restantes vão ser distribuídos nas gavetas na secretária, até se comprar uma outra estante.* (C.S.F, L.M.T.V)
- b. *O director não atendeu o teu pedido para demissão porque discorda a forma como o relatório diz: os dados não se baseiam dos factos.* (C.S.F., L.M.T.V)

Em *a*, verificamos que o requerente, *distribuídos* (adjectivo), está ligado de forma incorrecta ao complemento nominal *gavetas* pela contracção da preposição *em*, quando exigiria o uso da preposição *por*, contraída com o artigo feminino “*as*” (*pelas*), porque se pretende indicar um movimento com sentido de substituição dos objectos. A outra incorrectão consiste no uso da regência do requerente *gaveta* e do complemento nominal *secretária*. Este complemento nominal está ligado ao requerente pela preposição *em* contraída com o artigo feminino *a* (*na*), quando o requerente exige a preposição *de* contraída com o artigo feminino *a* (*da*), porque se pretende indicar a origem ou a procedência do objecto. O correcto seria:

- a. *Os livros já não cabem na prateleira; por isso, os restantes vão ser distribuídos pelas gavetas da secretária, até se comprar uma outra estante.*

Em *b*, verificamos o uso incorrecto da regência do requerente (*pedido*), que se apresenta ligado ao complemento nominal (*demissão*) pela preposição *para*, quando o requerente exige o uso da preposição *de* contraída com o artigo feminino *a*, porque se pretende indicar a posse do objecto da acção. O correcto seria:

- b. *O director não atendeu o teu pedido de demissão porque discorda⁵⁶ da forma como o relatório diz: os dados não se baseiam em factos.*

Portanto, os exemplos revelam a tendência para se usarem as preposições *em* e *para* em vez de *por* e *de*, respectivamente.

➤ **Casos incorrectos de regência verbal**

A regência verbal consiste na ligação significativa de um verbo ao complemento nominal respectivo. Se o verbo for transitivo directo, a ligação é feita sem o intermédio de preposição. Se for indirecto, deve ser intermediada por uma preposição. Participam desta regência indirecta os verbos locativos.

Nos casos seguintes, a confusão na escolha da regência a usar torna as frases confusas, afecta o seu sentido e distorce as informações das mesmas.

- a. *O rapaz bateu ao carro.* (J.W. 12ª classe, JT3)
- b. *Conseguí ingressar a universidade este ano.* (J.A.D, 12ª classe, JT3)
- c. *Na linha d, estamos presente de uma frase afirmativa.* (J.W. 12ª classe JT4)

Em *a*, verificamos o uso incorrecto da regência do verbo *bater* (bater a). No caso em questão, o verbo *bater* tem a semântica de incidir em ou dar pancada em algo/alguém; logo, o verbo *bater* é regido pela preposição *EM*. Em *b*, verificamos o uso incorrecto da regência transitiva directa de *ingressar*. Neste caso, o verbo *ingressar* tem o sentido de entrar; portanto, o verbo *ingressar* rege também um complemento circunstancial através da preposição *EM*. O correcto seria:

- a. O rapaz bateu no carro.
- b. Conseguí ingressar na universidade este ano./Conseguí entrar na universidade este ano.

Em *c*, verificamos que o requerente *presente* está ligado ao complemento nominal *uma frase* pela preposição *de*. Neste caso, podemos considerar as hipóteses do uso de um verbo de regência indirecta com o sentido de “terá à frente, defronte” ou regência directa, fazendo a concordância entre o nome e o adjectivo sem preposição, nomeadamente:

- c. ...temos presente uma frase afirmativa.
- d. Na alínea d, estamos perante uma frase afirmativa.

A maior parte dos casos incorrectos de regência verbal indirecta, dependentes da selecção das preposições adequadas, tem a ver com a preposição *A*. Nas frases seguintes, a confusão na escolha da regência a usar altera a semântica das frases e torna-as confusas.

- a. *Fomos nós que avisámos ao José.* (C.S.F., L.M.V.)
- b. *Eu vou dar no Ventura porque ele pediu-me.* (C.S.F J.A.D)
- c. *Já não falei no professor?* (C.S.F., R.M.S.)
- d. *Isabel, estão a te faltar respeito.* (C.S.F., D. S.)
- e. *A decisão pareceu-lhe injusta, por isso, apelou o supremo.* (C.S.F., L.M.T.V)

Em *a*, verificamos que a regência do verbo *avisar* está incorrecta, pois trata-se de um verbo transitivo directo (*avisámos quem?*) e não indirecto, por requer um complemento directo (sem preposição), não um complemento indirecto.

- a. Fomos nós que avisámos o José.

Em *b*, *c*, *d* e *e*, apurámos o uso incorrecto da regência dos verbos *dar*, *falar*, *faltar* e *apelar*, que requerem a preposição *a*, contraída com o artigo masculino *o* dos nomes *Ventura*, *professor*, *respeito* e *supremo* porque aos verbos acudiria a pergunta: A QUEM? Em *b*, estamos perante um verbo bitransitivo, mas, no caso, é transitivo indirecto, reflectindo movimento pontual; em *c*, *d* e *e*, tal como em *b*, o sentido de movimento, também neste caso pontual, todavia, em *e*, o movimento inerente ao acto. Em *d*, também pode ser regido pela preposição *com*. Por isso, as versões acertadas seriam:

- a. Eu vou dar ao Ventura porque ele me pediu.
- b. Já não falei ao professor?
- c. Isabel, estão a faltar-te ao respeito./Isabel, estão a faltar-te com o respeito.
- d. A decisão pareceu-lhe injusta, por isso, apelou ao Supremo.

Podemos concluir que há uma confusão muito grande na escolha da regência a usar. Esta forte tendência deve-se ao desconhecimento das regras de transitividade verbal e dos valores e emprego das preposições.

CAPÍTULO IV – PROPOSTA METODOLÓGICA

Neste capítulo, vamos apresentar guiões cujo objectivo é propor aos professores conteúdos que visem o combate aos solecismos tratados ao longo deste trabalho. Estes guiões são apresentados conforme a natureza dos solecismos constatados durante a nossa pesquisa, ou seja, apresentaremos estratégias que guiarão os professores, ou outros interessados, a ministrarem aulas de concordância nominal e verbal, pronominalização, regência nominal e verbal, isto é, uso de preposições.

No primeiro, apresentaremos estratégias para a resolução do problema de concordância; no segundo, sobre a selecção e colocação dos pronomes clíticos e, no terceiro, sobre o emprego das preposições, destacando-se umas em particular, ou seja, aquelas com as quais se dão mais desvios, de acordo com a nossa pesquisa.

Nestes guiões, os tópicos são apenas referenciais, i.e. não devem impedir-nos de consultar gramáticas ou manuais que abordem estes assuntos ou, ainda, as páginas deste trabalho.

4.1. Estratégia para o Ensino da Concordância

1. Concordância nominal

1.1. Noções

- a) Distinção entre substantivo e adjectivo
- b) Posição do adjectivo relativamente ao substantivo
 - Anteposto ao substantivo
Ex.: Odília, uma *corajosa* rapariga, quer ser médica.
 - Posposto ao substantivo
Ex.: O António, um rapaz *corajoso*, foi recrutado para as/pelas FAA.
- c) Plural do género predominante
 - Masculino + masculino = masculino plural
Ex.: O Manuel e o Carlos parecem *bons* amigos.
 - Feminino + feminino = feminino plural
Ex.: A Antónia e a Joana estão *doentes*.
 - Masculino + feminino = masculino plural
Ex.: O Leonel e a Carla são *lindos*.
 - Feminino + masculino = masculino plural
Ex.: A Arlete e o Leonel ficaram *espantados* com a nota.

d) Adjectivo atributivo e predicativo

- Adjectivo atributivo
Ex.: Convidámos *as simpáticas* filha e madrastra.
- Adjectivo predicativo¹⁰
Ex.: A Joaquina parece *mimada*.

1.2. Concordância do adjectivo atributivo

a) Concordância com mais de um substantivo

- Fica no plural do género predominante.
Ex.: Encontrámos as roupas e os prendedores *caídos*.
- Concorda com o mais próximo (posposto).
Ex.: Encontrámos os prendedores e a roupa *caída*.
- Concorda com o mais próximo (anteposto).
Ex.: Encontrámos *caídas* as roupas e os prendedores.
- Concorda forçosamente com o plural do género predominante com nomes próprios ou de parentesco.
Ex.: Encontrei os *divertidos* primos e primas na festa.

b) Concordância de dois adjectivos com um substantivo anteposto

- Concordam com o substantivo no singular, com determinação do segundo adjectivo.
Ex.: Admiro a cultura *angolana* e *a portuguesa*.
- Concordam com o substantivo no plural, sem determinação do segundo.
Ex.: Admiro as *culturas angolana* e *portuguesa*.

1.3. Concordância do adjectivo predicativo

- Fica forçosamente no plural do género predominante.
Ex.: O homem e a esposa eram *hospedados* aqui.
- Fica no masculino, com substantivo sem determinante.
Ex.: Água é *bom* para a saúde.
- Concorda com o género e número do substantivo, se determinado
Ex.: A água é *boa* para a saúde.

¹⁰ Pedido por verbo de significação indefinida como ser, parecer, ficar, estar, aparecer, continuar, permanecer, sair...

2. Concordância verbal

2.1. Noção de concordância verbal – concordância do verbo em número e pessoa com o sujeito.

a) Sujeito e verbo concordante

- Verbo no singular com sujeito simples
Ex.: O Juvenal *ficou* calado.
- Verbo no plural com sujeito composto
Ex.: Eu e o Juvenal *ficámos* calados.

b) Ordem sintáctica

- Ordem lógica com sujeito composto (SVO)
Verbo em pessoa do plural com prioridade da 1.^a do singular sobre as restantes, ou de 2.^a, se não houver a 1.^a.
Ex.: Eu, o António e a Carla *acabámos* o trabalho mais cedo.
- Ordem psicológica com sujeito composto (VS)
Verbo na 3.^a pessoa do plural ou concordante com a mais próxima.
Ex.: *Ficam* tu, a Felícia e a Rute¹¹.
Ficas tu, a Felícia e a Rute.

2.2. Casos particulares

a) Casos de indeterminação com SE

- Número do verbo depende do número do complemento directo
Ex.: *Entregaram-se* flores à mulher.
- Verbo mantém-se na 3.^a pessoa do singular, se seguido de preposição
Ex.: *Precisa-se* de secretária.

b) Casos com verbos impessoais

- Verbo (haver, ter) fica na 3.^a pessoa do singular
Ex.: *Houve* muitos acidentes no último fim-de-semana.
- Auxiliar do impessoal, na 3.^a pessoa do singular
Ex.: *Tinha* havido muitos acidentes.

c) Casos com expressões indicadoras de quantidade aproximada (CERCA DE, MENOS DE, PERTO DE...)

- Verbo concorda com o numeral

¹¹ *Ficas* tu, a Felícia e a Rute. (concordando com o mais próximo)
Ficais tu, a Felícia e a Rute. (pela lógica da 2.^a do plural)

Ex.: Menos de 50 estudantes *participaram* no concurso “Sábado Académico”.

e) Casos com sujeito colectivo

- Verbo fica na 3.^a pessoa do singular

Ex.: O povo/ a gente *precisa* de tranquilidade nas ruas.

- Verbo pode concordar, por lógica, no singular ou, por atracção do mais próximo, o determinativo, no plural

Ex.: O grupo de estudantes de literatura *precisa/precisam* de visitar o Memorial de Agostinho Neto.

f) Casos com expressões partitivas (A MINORIA, GRANDE, PARTE DE, UMA PORÇÃO DE, O RESTANTE DE...)

- Verbo concorda com a expressão partitiva “grande parte” ou com o seu determinativo,

Ex.: Grande parte dos professores de Português não *dá/dão* aulas de Português.

g) Casos com pronomes QUE ou QUEM

- Verbo concorda com a pessoa do antecedente de QUE relativo

Ex.: *Fui* eu que derramei o café.

- Verbo mantém-se na 3.^a pessoa com QUEM relativo

Ex.: *Fui* eu quem derramou o café.

- Verbo concorda com o predicativo do sujeito com QUEM interrogativo

Ex.: Quem *foram* os candidatos ao prémio António Jacinto?

h) Casos com sujeito ISTO, ISSO, AQUILO, TUDO, NADA, NINGUÉM, O RESTO, O MAIS + predicativo

- Verbo concorda com o predicativo

Ex.: Aquilo *é* que era felicidade. (NPS: felicidade)

- Verbo concorda com o predicativo

Ex.: Tudo *são* rosas. (NPS: rosas)

i) Casos com formas de tratamento

- Você, senhor, V. Exa.: verbos e pronomes referentes ao interlocutor na 3.^a pessoa

Ex.: Exa., *recebeu* o documento?

Professor, *desculpe-me* pelo atraso.

- Tu: Verbos e pronomes referentes ao interlocutor na 2.^a pessoa

Ex.: *Traz contigo* “Lueji, o Nascimento de um Império”, de Pepetela.

j) Casos com nome próprio plural (in) determinado ou infinitivos somados

- Com nome não determinado: verbo no singular
Ex.: Estados da Linha da Frente *era* uma frente contra o *apartheid*.
- Com nome determinado: verbo no plural
Ex.: Os Estados da Linha da Frente *eram* uma frente contra o *apartheid*.
- Com sujeito formado por infinitivos somados: verbo no singular
Ex.: Estudar e trabalhar *era* um dever revolucionário.
- Com sujeito formado por infinitivos determinados: verbo no plural
Ex.: O estudar e o trabalhar *eram* um dever revolucionário.

k) Casos com elementos ligados por OU

- Por exclusão: verbo fica no singular
Ex.: O Pedro ou a Joana *deve* sair no quadro de honra.
- Por inclusão: verbo no plural
Ex.: A poluição sonora ou a do ar *são* prejudiciais.

l) Casos com elementos quase sinónimos

- Verbo no plural, por lógica
Ex.: O sol, o vento, a chuva *estão* intensos neste ano.
- Verbo no singular, por atracção do mais próximo
Ex.: O sol, o vento, a chuva *está* intensa neste ano.

m) Casos com a expressão NEM UM NEM OUTRO

- Verbo no singular, por lógica, ou no plural, por atracção
Ex.: Nem um nem outro *fez/fizeram* o trabalho.

n) Casos com a expressão UM DOS QUE

- Verbo na 3.ª pessoa do plural
Ex.: O Manuel foi *um dos que* faltaram.

4.2. Estratégia para o Ensino dos Pronomes Clíticos

1. Noção sobre os pronomes pessoais (quadro geral)

Nº.	Pessoa	Pronomes pessoais rectos	Pronomes pessoais oblíquos			
			Oblíquos átonos		Oblíquos tónicos	
			Compl. Directo	Compl. Indirecto		Compl. Circunstancial
				Sem preposição	Com preposição	
				Clíticos		
Sing.	1. ^a	eu	Me	me	mim	-migo
	2. ^a	tu	te	te	ti	-tigo
	3. ^a	ele, ela	se, o, a	lhe	si, ele, ela	ele, ela
Plur.	1. ^a	nós	Nos	nos	nós	-nosco
	2. ^a	vós	vos	vos	vós	-vosco
	3. ^a	eles, elas	se, os, as	lhes	si, eles, elas	eles, elas

2. Modo de selecção dos clíticos

a) Perguntas para a distinção do CD/CI

- À pergunta ao verbo *saúda* “o quê?, quem?” responde o CD
Ex.: O estudante saúda *o professor* com respeito.
- À pergunta ao verbo *deu* “a quem?, a quê?” responde o CI
Ex.: A Leonor deu um dicionário *ao Leonel*.

b) Variação do clítico de CD de 3.^a pessoa

- Se o verbo termina em vogal *o, a, os, as*, mantém esta forma original
Ex.: O estudante saúda *o professor* com respeito. O estudante saúda-o.
- Se o verbo termina em *R, S, Z*, estas consoantes finais desaparecem, a vogal final do verbo é graficamente acentuada, e o clítico ganha as formas *LO, LA, LOS, LAS*
Ex.: Tu *contas* histórias. Tu conta-las.
Ele *faz* os trabalhos de casa. Ele fá-los.
Os alunos *viram* o filme. Os alunos viram-no.

- Se o verbo termina em *M, N, ÃO, ÕE*, o clítico toma a forma *NO, NA, NOS, NAS*

Ex.: O João *põe* o livro na estante. O João *põe-no* na estante.

c) Contracções e combinações de clíticos

Os clíticos de CD (o, a, os, as) e de CI (me, te, se, nos, vos, se) podem eventualmente surgir contraídos ou combinados especialmente nos discursos escritos, nas formas seguintes: *mo (s), ma (s), to (s), ta (s), lho (s), lha (s), no-lo (s), no-la (s), vo-la (s), vo-la (s), lho (s), lha (s)*.

Ex.: O Sousa vai trazer-*me o trabalho*. Vai trazer-*mo* amanhã.

CI CD

Já li *o livro*. Posso emprestar-*to*.

CD

A Leonor deu *um dicionário ao Leonel*. A Leonor deu-*lho*.

CD CI

Já vi *o filme*. Devolver-*vo-lo-ei* esta tarde.

CD

3. Posições ocupadas pelos clíticos nas frases

Posições	Contexto de emprego
Posição enclítica (à direita do verbo)	Orações declarativa ou imperativa afirmativas • O Manuel deu um livro <i>ao Leonel</i>. Deu-<i>lhe</i> um livro. Orações com verbos no infinitivo com/sem preposição <i>A</i> entre o início e o verbo • Está a ouvir a notícia sobre o abalo <i>de ontem</i>? Está a ouvi-<i>la</i>?
Posição proclítica (à esquerda do verbo)	Orações com palavra negativa entre o início e o verbo • O Manuel <i>não</i> deu o livro <i>ao Leonel</i>. O Manuel <i>não</i> <i>lhe</i> deu o livro. Orações com palavra exclamativa entre o início e o verbo • Que <i>te</i> faça bom proveito! Orações com palavra interrogativa entre o início e o verbo • Como <i>se</i> escreve essa palavra? Orações com locuções coordenativas copulativas e disjuntivas com polaridade negativa • Não só a Maria <i>o</i> insultou como também o Pedro <i>lhe</i> bateu. • Nem a Maria <i>o</i> insultou, nem o Pedro <i>lhe</i> bateu. Orações com conjunções subordinativas ou pronomes relativos • O livro <i>que te</i> dei está esgotado.

	Lembrei-me que nunca mais o vi.
	Orações com quantificadores entre o início e o verbo Todos <i>se</i> enganaram na porta.
	Orações com preposições (excepto A) entre o início e o verbo Tenho de avisar <i>o</i> João. Tenho de <i>o</i> avisar.¹²
Posição mesoclítica (no meio do verbo)	Orações declarativas afirmativas com o verbo no futuro ou condicional - Darei este livro ao Leonel. Dá-<i>lo</i>-ei ao Leonel. Dar-<i>lhe</i>-ei um livro. - O Manuel daria um livro ao Leonel. ...dá-<i>lo</i>-ia ao Leonel./ dar-<i>lhe</i>-ia um livro.

4.3. Estratégia para o Ensino da Regência

1. Noções de transitividade

a) Transitividade verbal

- Verbo transitivo directo, porque é regido por complemento directo
Ex.: Os alunos *comem* “magoga¹³”.
- Verbo transitivo indirecto, porque o verbo é regido por um complemento indirecto
Ex.: Os manifestantes *falaram* dos problemas sociais ao presidente.
- Verbo bitransitivo porque o verbo regido por complemento directo e indirecto
Ex.: A Carla *deu* um anel à Ana.

2. Regência nominal

- a) Noção de regência nominal – relação sintáctica que se estabelece entre nomes, adjectivos e advérbios com os termos regidos por eles intermediada por uma preposição
- Nome regente + prep. + nome
Ex.: O Manuel reconstrói o vaso *de* barro.
 - Adj + prep. + nome
Ex.: Esta escola é *incompatível com* a idade dele.
 - Advérbio + prep. + nome

¹² Quando o infinitivo for precedido da preposição *de* ou *para*, é aconselhável a anteposição do pronome ao infinitivo (Ex.: Tenho de avisá-*lo*.) mas, quando precedido pela preposição *a*, *deve* aparecer depois do infinitivo (Eles estão a telefonar ao João. Eles estão a telefonar-*lhe*.).

¹³ Sandes composta por pão, coxa de frango frito, repolho, cenoura e maionese.

Ex.: Os anjos estão *perto de Deus*.

b) Valores das preposições mais vulgares na regência nominal

- DE

Ex.. O director não atendeu o teu pedido *de* demissão porque discorda *da* forma como o relatório diz: os dados não se baseiam em factos. (A preposição “de” foi, neste caso, usada para indicar a posse do objecto a determinação do que é atribuído.)

Para além deste valor ou sentido, esta preposição pode ter outros valores, como indicar movimentos no sentido de:

- Proveniência (Herdou isso *do* pai.)
- Duração (Chegou *de* viagem.)
- Causa (Morreu *de* frio.)
- Posse (livro *do* João)
- Conteúdo (xícara *de* chá)
- Tempo (Choveu *de* tarde.)
- Modo (Chegou *de* surpresa.)
- Matéria (roupas *de* lã)
- Separação (separado *dos* pais)
- Fim ou destino (capa *de* chuva)
- Meio de transporte (Chegou *de* comboio.)

- POR

Ex.: Os livros já não cabem na prateleira; por isso, os restantes vão ser distribuídos *pelas* gavetas da secretária, até se comprar uma outra estante. (A preposição “por” foi usada, neste caso, para indicar um movimento com sentido de *por onde*.)

Esta preposição pode ser usada para exprimir outros sentidos, como:

- Movimento com sentido de causa (Matei-o *por* paixão.)
- Tempo aproximado (*Por* um dia de tempestade)
- Instrumento/meio (Envio *por* correio.)
- Lugar (Passam *por* Luanda.)
- Preço (Foi vendido *por* três milhões.)

- Fim (Esforça-se *por* melhorar.)
 - Agente da passiva (dividido *pelos* irmãos)
 -
 - EM
- Ex.: Consegui ingressar *na* universidade. (A preposição “em” foi, neste caso, usada para indicar *o lugar onde*.)

A preposição “em” pode ser usada também com sentido de:

- Tempo (Nasci *em* 1999.)
 - Meio (Exprime-se *em* versos.)
 - Preço (O lote foi avaliado *em* 100 mil kwanzas.)
 - Fim (Pedi-a *em* casamento.)
-
- A
- A decisão pareceu-lhe injusta, por isso, apelou *ao* Supremo. (A preposição “a” foi usada para indicar movimento em direcção.)
- Ela pode também ser usada para indicar:
- Tempo (daqui *a* uma semana.)
 - Espaço/lugar (Rompe *à* frente.)
 - Meio (Andei *a* pé.)
 - Modo (Vai de mal *a* pior.)
 - Fim (Destinado *a* repouso.)
 - Preço (Comprei bananas *a* 150 Kwanzas.)
 - Distância (Fica *a* duzentos metros.)

c) Alguns exemplos de nomes (adjectivos ou substantivos) que admitem preposições diferentes que não afectam o significado

- Acostumado ao/com o trânsito
As preposições *a/com* foram usadas para relacionar o agente com a situação
- Sangue compatível ao/com o da vítima...
Sangues compatíveis entre si...
As preposições *a/ com* foram usadas, neste caso, para indicarem uma situação coincidente
- Alienados dos acontecimentos...

A preposição *de* foi usada para indicar movimento de afastamento de um ponto, com sentido de estranheza ou indiferença

- Alienado a/para um banco...

As preposições *a/para* foram usadas para indicar movimento em direcção a um limite, com sentido de ser emprestado ou ser dado a/para um banco.

- Recurso da/contra a decisão...

As preposições *da/contra* foram usadas para indicar movimento de oposição, com sentido de recorrência ou pedido de revisão de uma decisão superior

- d) Alguns exemplos de substantivos e adjectivos cuja origem comum determina a mesma regência preposicional

- Obediência (subst.) a...
Obediente (adj.) a...
- Satisfação (subst.) por...
Satisfeito (adj.) por ...
- Necessidade (subst.) de...
Necessitado (adj.) de...
- Capacidade (subst.) de...
Capacitado (adj.) de...
- Licenciatura (subst.) em...
Licenciado (adj.) em...

- e) Alguns exemplos de adjectivos e advérbios cuja origem comum determina a mesma regência preposicional

- Compatível (adj.) com...
Compativelmente (adv.) com...
- Próximo (adj.) a ...
Proximamente (adv.) a...
- Relativo (adj.) a...
Relativamente (adv.) a...

3. Regência verbal

- a) Noção de regência verbal – Relação dos verbos com os seus complementos intermediadas ou não por uma preposição.

- Verbo regente + Nome regido: regência verbal directa

Ex.: Aspiro o perfume desta flor.

Ligação do verbo ao complemento directo não intermediada por preposição

- Verbo + prep. + Nome: reg. verbal indirecta

Ex.: Aspiro a um cargo de direcção.

Relação do verbo com o complemento indirecto intermediada por uma preposição

b) Verbos cuja mudança de regência não implica mudança de significado

- Amar

Ex.: Amo a minha mãe. (regência directa)

Ex.: Amo a Deus. (regência indirecta)

- Informar

Ex.: Informei-o de tudo. (regência directa e indirecta)

Ex.: Informei-lhe tudo. (regência directa e indirecta)

- Esquecer (-se)

Ex.: O Paulo esqueceu a sua pasta. (regência directa)

Ex.: O Paulo esqueceu-se da sua pasta. (regência directa e indirecta)

- Procurar

Ex.: O Paulo procura um amigo. (regência directa)

Ex.: O Paulo procura por um amigo. (regência indirecta)

c) Exemplos de alguns verbos cuja mudança de regência implica mudança de significado

- Servir

Ex.: Temos de servir o cliente.

Reg. directa, com sentido de estar ao serviço de, estar às ordens de

Ex.: O carro não serve para o cliente.

Reg. indirecta, com sentido de ajustar-se

- Assistir

Ex.: O Gilberto assistiu o colega para um golo de belo efeito.

Reg. directa, com sentido de fazer o passe, auxiliar

Ex.: Eles assistiram ao filme no Belas “Shopping”.

Reg. indirecta, com sentido de ver, observar

4. Outras particularidades da regência verbal

a) Verbos cuja preposição pode ser depreendida do radical

- *Concordar com...*
- *Discordar de...*
- *Desdenhar de...*
- *Desligar(-se) de...*
- *Desconfiar de...*
- *Dissuadir de...*

b) Sentidos alterados pela preposição acompanhante (caso do verbo *dar*)

- Dar a...
Ex.: *Darei a casa aos donos.*
Transferir a posse de algo
- Dar com...
Ex.: Não consegui *dar com* a sua casa.
Descobrir, encontrar
- Dar-se com...
Ex.: Este rapaz não se dá com o pai.
Relacionar com, tolerar
- Dar em...
Ex.: A reunião não *deu em* nada.
Acabar em, resultar
- Dar por...
Ex.: Choveu e eu nem *dei por* nada!
Aperceber-se, tomar consciência
- Dar para...
Ex.: *Daria para* você ajudar-me?
Ser possível

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho, torna-se evidente a comprovação da hipótese levantada de que o ensino da Língua Portuguesa, em Angola pressupõe princípios metodológicos de uma Língua Segunda, centrados no aprendente e não na matéria para facilitar o desenvolvimento das competências comunicativas e linguística dos alunos. Estes desvios à norma devem-se a factores socioculturais, à influência do meio onde vivem, ao desinteresse pela literatura em português, à aprendizagem do português na rua juntamente com o calão, à má preparação dos professores que leccionam a disciplina de Português, às influências das línguas nacionais, ao pouco nível de escolaridade das pessoas em seu redor e à má aprendizagem da Língua Portuguesa nas classes de base.

Apesar disso, assim como Marques (1985:5), pensamos que uma das causas do insucesso nesta disciplina é o uso de metodologias intrínsecas à língua materna, pois essa metodologia não se adequa à situação linguística de muitos estudantes, visto que o português é para alguns língua materna e para outros, segunda e/ou estrangeira. Para esta autora, nesta circunstância, o ensino da Língua Portuguesa pressupõe princípios metodológicos de uma língua segunda, centrados no aprendente e não na matéria, para facilitar o desenvolvimento da competência comunicativa e linguística dos alunos.

Também as estratégias e programas devem ser adaptados/construídos de acordo com o nível sociocultural dos alunos, a geografia e a realidade da escola e deve-se apostar na formação contínua dos professores, porque, muitas vezes, como professores, não sabemos como resolver estes problemas detectados nos nossos alunos, chegando a sermos duros demais com os mesmos durante o processo de correcção e, por vezes, chegando mesmo a inibi-los, o que pode prejudicar o desenvolvimento da sua liberdade e da sua capacidade expressiva, o que contrasta com o objectivo de uma aula de língua: desenvolver a competência oral e escrita dos alunos.

Finalmente, pensamos que uma das soluções possíveis para este problema são:

- O uso do método indutivo-dedutivo, como apontaram Freitas e Agostinho (2012), com vista a contribuir, por um lado, para um ensino menos expositivo da gramática e para diminuir a desmotivação e a concepção dos estudantes de que aprender a norma portuguesa é difícil e, por outro lado, para contribuir na elaboração de aulas cuja preocupação seja induzir e deduzir princípios ou regras gramaticais, subordinando-as sempre a um texto.

- A língua portuguesa em Angola não deve ser ensinada com metodologias de língua materna, mas como língua segunda;
- Para a correcção desses desvios, que só pode acontecer na escola, é necessário que o falante reconheça que está errado, encontrando na escola respostas elucidativas;
- Aplicação de uma pedagogia preventiva e eficaz da LP como língua segunda, não se centrar unicamente na noção de língua como sistema formal, isto é, reconhecendo o estatuto da Lp e que a LP é L2 e LO e, posteriormente, adequar os programas de todos os níveis de ensino para o ensino da Língua Não Materna.

Concluimos que os alunos de PLNM dos níveis de iniciação e intermédio deverão usufruir de estratégias adequadas ao seu nível de proficiência linguística com base na elaboração de um plano de acompanhamento pedagógico, visando o desenvolvimento de conhecimentos e de capacidades no âmbito do português, enquanto objeto de estudo e como língua de escolarização. Ora, os alunos dos níveis de iniciação e intermédio deverão usufruir de estratégias adequadas ao seu nível de proficiência linguística com base na elaboração de um plano de acompanhamento pedagógico, visando o desenvolvimento de conhecimentos e de capacidades no âmbito do português, enquanto objeto de estudo e como língua de escolarização.

6. BIBLIOGRAFIA

1. AGOSTINHO, Isaac, 2011, *A Pronominalização Relativa*, Offset Lda, Luanda.
2. ALMEIDA, José Carlos de, 2011, *Ensaboado & Enxaguado, Língua Portuguesa & Etiqueta*, Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Luanda.
3. AZEVEDO, Fernando José Fraga de, 2010, *Metodologia da Língua Portuguesa*, 1ª Edição, Plural Editores, Porto.
4. BAGNO, Marcos, 1999, *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, 49ª ed. Ed. Loyola, São Paulo.
5. CHICUMULE, Fernando Manuel Samuel Safo, 2010, *Análise de Erros/ Desvios de Ortografia, Pontuação e Morfossintaxe dos Estudantes Pré-Universitários – Caso da Cidade de Beirão*, Universidade de Aveiro, Beira.
6. COSTA, Teresa Manuela Camacha da, 2013, *Os Empréstimos das Línguas Bantu no Português Falado em Angola*, 1ª edição, Grafvico, Luanda.
7. COSTA, António Fernandes da, 2006, *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola*, Editora Universidade Católica de Angola, 1ª edição, Luanda.
8. CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley, 2006, *Breve Gramática do Português Contemporâneo*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
9. *Dicionário de Metalinguagem da Didáctica*, 2000, Porto Editora, Porto.
10. FREITAS, António Vilela de & AGOSTINHO, Isaac Francisco, 2012, *Gramática Básica, Didáctico-Pedagógica da Língua Portuguesa*, 1ª edição, Edilivro, Luanda.
11. *Homenagem póstuma a um grande educador*, Jornal de Angola, Ano 37, nº 13330, p. 7.
12. LAPA, M. Rodrigues, 1984, *Estilística da Língua Portuguesa*, 11.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra.
13. LOPES, Ana Cristina Macário e Rio-Torto, Graça, 2007, *O Essencial sobre Língua Portuguesa, SEMÂNTICA*, 1ª edição, Editorial Nzila, Luanda.
14. MARQUES, Maria Emília Ricardo, 2003, *Português Língua Segunda*, Universidade Aberta, Lisboa.
15. MATEUS, Maria Helena Mira e CARDEIRA, Esperança, 2007, *O Essencial sobre Língua Portuguesa. NORMA E VARIAÇÃO*, 1ª Edição, Editorial Nzila, Luanda.
16. MATEUS, Maria Helena Mira et alli, 2003, *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.ª edição, Editorial Caminho, Lisboa.
17. MELO, Leila Erbolato, 1999, *Tópicos de Psicolinguística Aplicada*, 2ª Edição, Universidade de São Paulo, São Paulo.

18. MINGAS, Amélia, 2000, *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, 1ª edição: Chá de Caxinde, Luanda.
19. MOURA, José de Almeida, 2014, *Gramática do Português Actual*, Lisboa Editora, Lisboa.
20. NETO, Conceição Garcia, 2009, *O Perfil Linguístico e Comunicativo dos Alunos da Escola de Formação de Professores “Garcia Neto”*, dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
21. NTONDO, Zavoni, 2006, *Morfologia e Sintaxe do Ngangela*, Editorial Nzila, 1ª edição, Luanda.
22. POSSENTI, Sírio, 1996, *Por que (não) ensinar gramática na escola*, Campinas, SP: Mercado de Letras e Edição Livraria, São Paulo.
23. *Prontuário – Bom Português*, 2012, Rubrica da RPT, Plural Editores, Campinas.
24. SECA, Hermenegildo, 2012, *Prontuário da Língua Portuguesa*, Edilivros, 1.ª edição, Luanda.
25. TAVARES, Ana, 2008, *Ensino/Aprendizagem do Português como Língua Estrangeira: Manuais de Iniciação*, Editora LIDEL, Porto.
26. TAVARES, António e MORANGUINHO, Jorge, 2012, *Prontuário de Verbos com Preposições (e locuções prepositivas)*, 2ª edição, Plátano Editora, Lisboa.
27. TERESA, Cristina, *et alli*, 2010, *Contributos para uma Caracterização Linguística do Luandense*, Universidade de Aveiro, Aveiro.